

Edite Mafalda Gama Correia

2º Ciclo de Estudos em História e Património – Ramo Arquivos Históricos

**O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos:
Estudo e Tratamento Arquivístico – Modelo Sistémico**

2012/2013

Orientador: Professora Dr.^a Inês Amorim

Coorientador: Professor Dr. Armando Malheiro

Orientador da Instituição: Professor Dr. Joaquim Vinhas

Classificação:

Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Abreviaturas e Siglas

SCMB – Santa Casa da Misericórdia de Barcelos

Resumo

Este relatório de estágio curricular decorre do projeto desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos. Trata-se do culminar de um percurso teórico-prático, e pretende trazer à luz, a contribuição que o sistema de informação do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, pode dar ao conhecimento da História.

O título dado a este relatório *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Estudo e Tratamento Arquivístico – Modelo Sistémico*, identifica a necessidade de pesquisa e tratamento do espólio documental a cargo da SCMB, respeitando uma realidade alargada, tendo em conta, a sua estrutura orgânico-funcional, e criando assim um quadro de classificação com base nessa estrutura, e construindo posteriormente, um ponto de acesso à informação, o catálogo, permitindo ao utilizador conhecer o conteúdo do acervo, a um nível de grande especificidade.

Palavras-chave: História; Ciências da Informação; Misericórdias Portuguesas; Modelo Sistémico; Santa Casa da Misericórdia de Barcelos; Arquivo Histórico

Abstract

This report follows the curricular project developed within the framework of a Master's degree in History and Heritage Branch of Historical Archives. It is the culmination of a theoretical and practical journey, and aims to bring to light, the contribution that the information system of the Historical Archives of the Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, can give the knowledge of History.

The title given to this report *The Archives of Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Archival Study and Treatment - Systemic Model*, identifies the need for research and treatment of the document collection in charge of SCMB, respecting an extensive reality, taking into account, its organic and functional structure, and creating a classification framework based on that structure, and later, building an access point to the information, the Catalogue, allowing the user to know the contents of the collection, to a level of great specificity.

Key Words: History, Information Sciences; Portuguese Misericórdias; Systemic Model; Santa Casa da Misericórdia de Barcelos; Historical Archives

Agradecimentos

Queremos primeiro que tudo deixar um agradecimento à Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, pela abertura que demonstrou ao disponibilizar o seu arquivo e respetivo espaço para a concretização deste trabalho. E também a todos os colaboradores da instituição que tão bem nos acolheram na sua casa, e que, sempre que possível, nos prestaram ajuda nas respetivas áreas.

Ao Professor Joaquim Vinhas, orientador da instituição, agradecemos a sua disponibilidade para qualquer dúvida que surgisse, e que procurou sempre dar o melhor aconselhamento, por ter sido pioneiro no reconhecimento do espólio documental da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, mostrando-se um incentivador às novas conceções da arquivística que foram sendo aplicadas.

Um agradecimento ao Professor Doutor Armando Malheiro por ter proporcionado a realização deste trabalho que, sem ele, não existiria, e pelo seu vasto conhecimento que conosco partilhou.

E ainda à Professora Doutora Inês Amorim, orientadora na faculdade, pela sua disponibilidade e auxílio que sempre prestou quer ao longo do estágio curricular quer ao longo de todo o mestrado, incentivando este projeto.

Por fim, uma palavra de apreço a toda a minha família e especialmente aos meus pais que sempre me apoiaram, mesmo quando a situação não era a melhor. Ao Daniel, pela sua presença constante e suporte durante este projeto.

Sumário

I. Introdução.....	8
1.1. Objetivos.....	8
1.2. Fontes.....	10
1.3. Estrutura do Relatório.....	13
II. Projeto e Relatório de Estágio.....	15
2.1. Definição do Projeto.....	15
2.2. Contextualização do Projeto.....	16
2.3. Reformulação do Projeto.....	17
2.4. Instituição de Acolhimento.....	18
2.5. Plano de Estágio e Atividades Desenvolvidas.....	20
III. Enquadramento Histórico-Administrativo As Misericórdias Portuguesas.....	28
3.1. O Contexto da Fundação das Misericórdias.....	28
3.2. A Construção e Administração do Património.....	30
3.3. A Orgânica dos Compromissos.....	33
3.4. Composição Social e Recrutamento.....	36
3.5. Corpos Diretivos e Funcionamento das Chefias.....	38
3.6. Da Crise do Século XVIII até à Atualidade.....	39
IV. A Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.....	42
4.1. A Assistência em Barcelos.....	42
4.2. A Fundação da SCMB.....	45
4.3. A Estrutura e Organização da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.....	54
V. Estudo Orgânico-Funcional do Sistema de Informação da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.....	63
5.1. O Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: O Modelo Sistémico.....	64
5.2. O Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Aplicação do Modelo Sistémico.....	66
5.2.1. Quadro 1: c.1498 - 1886.....	67
5.2.2. Quadro 2: 1887 - 1916.....	69
5.2.3. Quadro 3: 1917 - 1980.....	70

5.2.4. Quadro 4: 1981 - Atualidade.....	71
VI. Gestão da Informação.....	73
6.1. Recenseamento.....	73
6.2. Quadro de Classificação.....	76
6.3. Instrumento de Acesso à Informação: Catálogo.....	90
VII. Propostas ao Arquivo Histórico.....	93
7.1. Funcionamento do Arquivo.....	94
7.2. Conservação, Restauro e Preservação da Documentação.....	94
7.3. O Arquivo Histórico e os Outros Arquivos da SCMB.....	96
7.4. O Arquivo Histórico e a Unidade Museológica.....	97
7.5. Serviços Educativos.....	98
7.6. Exposições, Workshops e Conferências.....	99
7.7. Um Arquivo Digital?.....	100
Conclusão.....	101
Fontes e Referências Bibliográficas.....	103

I. Introdução

Este relatório de estágio curricular decorre do projeto desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado em História e Património, ramo de Arquivos Históricos. Trata-se do culminar de um percurso teórico-prático, e pretende trazer à luz a contribuição que, o sistema de informação do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos pode dar ao conhecimento da história local (da cidade e do concelho em que se insere), institucional e ao estudo das Misericórdias Portuguesas.

Não passará a história da cidade de Barcelos pelas instituições que a compõem? E não contribuirá em termos de património documental, neste caso, a SCMB para a identidade desta cidade? Que mecanismos internos adotaram os seus órgãos de gestão? A que áreas estenderam a sua ação? Não terão, os atores principais desta instituição, tido influência na vida social do território envolvente? Interligando assim a SCMB as vivências da cidade, até que ponto aquela terá sido um marco importante da sua história?

Apesar de todas estas questões, o objetivo fundamental deste projeto é responder a uma questão muito objetiva: de que forma a formação e evolução da SCMB teve impacto no seu sistema de informação?

Assim os motivos que levaram à escolha deste Arquivo, como objeto de estudo prendem-se com o ideal de tentar disponibilizar as informações “presas” neste arquivo, incentivando estudos sobre a SCMB e a sua área envolvente, de forma a contribuir tanto para a história institucional e local como para a história das Misericórdias.

A justificação deste projeto baseia-se na salvaguarda do património em causa (espólio documental) e porque esta instituição é um testemunho para a história local em particular (património arquitetónico), sendo também um rico testemunho do que são os Arquivos da Misericórdias Portuguesas.

1.1. Objetivos

Este projeto foca-se num património muito específico, sendo a sua concretização uma excelente forma de recuperação de informação histórica, e que, neste caso, se encontrava parcialmente esquecido e arredado da realidade da instituição que o

abrigava. Tratam-se pois, de materiais muito sensíveis, pressionados pelo tempo, pelo que facilmente se poderão danificar e, se não identificados, com facilidade são “desviados”. Efetivamente, ambos os casos já aconteceram, ambos, felizmente e até à data, facilmente revertidos, sendo que no caso dos danos será necessário um processo de restauro de alguma documentação, e espera-se que a evolução e acolhimento deste projeto venha a acautelar estas situações. Desta forma, o objetivo principal deste projeto foi a identificação da documentação existente, o que significa, ao mesmo tempo, uma preservação do Arquivo Histórico da SCMB.

O título dado a este relatório *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Estudo e Tratamento Arquivístico – Modelo Sistémico*, identifica a necessidade de pesquisa e tratamento do espólio documental a cargo da SCMB, respeitando uma realidade alargada, tendo em conta a sua estrutura interna e os seus agentes de ação, que produziram e geriram este sistema de informação.

Este projeto inicia-se assim com base em diversas questões pertinentes como: quem são os elementos produtores de informação dentro da SCMB e que deram forma ao atual Arquivo Histórico? Como é que esta instituição se estruturou ao longo da sua existência e de que forma as suas ações provocaram alterações na natureza e volume documental? De que forma terão os seus estabelecimentos como o Hospital e Asilo contribuído para a documentação a cargo do Arquivo Histórico? Que particularidades existiram na documentação existente no Arquivo Histórico? Existiria alguma organização ou estrutura interna do arquivo anterior aos trabalhos de inventários de 1996 e de 2006/2007?

Para responder a todas estas perguntas houve necessidade de investigar e cimentar os estudos sobre os Compromissos, Estatutos e Regulamentos da instituição a que se refere este sistema de informação. Na parte prática do projeto procedeu-se à consolidação de conhecimentos mais técnicos, de forma a executar uma recolha, classificação e organização da informação, através de um recenseamento documental, que conduzisse a um catálogo.

1.2. Fontes

A pesquisa e recolha de informação bibliográfica, foi uma fase importante deste trabalho já que forneceu um importante material de apoio e estudo para este projeto. O universo bibliográfico é no entanto um pouco limitado no que toca à temática desenvolvida, como explicaremos de seguida.

Começamos primeiro pelas obras gerais sobre as Misericórdias, que nos serviram para estabelecer um contexto temático da criação, desenvolvimento e evolução destas instituições e que refletiam a realidade da sociedade da época.

Assim destacamos as seguintes obras, pela forma como estudaram as Misericórdias ao longo do tempo, embora existam outros trabalhos mais específicos e que também foram consultados. Por exemplo, de Isabel dos Guimarães Sá é de mencionar *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel a Pombal*¹, *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português 1500-1800*² e a *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1548-2000*³. E ainda *Da Descoberta das Misericórdias à Fundação das Misericórdias*⁴ de Ivo Carneiro de Sousa.

No que toca à história da SCMB e ao seu Arquivo Histórico, as fontes bibliográficas são mais escassas mas existentes. É de citar, pelo facto de terem sido fruto de uma investigação monográfica, local e regional, títulos como: *Santa Casa da Misericórdia (Edifício Primitivo)*⁵, *Santa Casa da Misericórdia (Actual Edifício)*⁶, *O Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos do século XVI ao século XIX alguns aspectos relevantes*⁷, *A Igreja Velha da Misericórdia de Barcelos e Cinco*

¹ SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel a Pombal*, Livros Horizonte, 2001

² SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português 1500-1800*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997

³ SÁ, Isabel dos Guimarães, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1548-2000*, Estado da Arte, 2008

⁴ SOUSA, Ivo Carneiro de, *Da Descoberta das Misericórdias à Fundação das Misericórdias*, Granito Editores, 1999

⁵ FREITAS, Eugénio da Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, *Santa Casa da Misericórdia (Edifício Primitivo)* in *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Braga, A.P.P.A.C.D.M. Distrital de Braga, 1998

⁶ FREITAS, Eugénio da Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, *Santa Casa da Misericórdia (Actual Edifício)* in *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Braga, A.P.P.A.C.D.M. Distrital de Braga, 1998

⁷ ROMÃO, Ramiro Manuel Batista Teixeira, *O Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos do século XVI ao século XIX alguns aspectos relevantes* in COMISSÃO EXECUTIVA DAS

*Igrejas de Misericórdia de Entre-Douro-e-Minho Arquitectura e Paisagem Urbana*⁸, *Igreja da Misericórdia, Hospital, Asilo e Parque*⁹ e principalmente o *Boletim Comemorativo das Inaugurações dos Lar Rainha D. Leonor e Infantário Rainha Santa Isabel*¹⁰. Em relação ao Arquivo Histórico, é de referir a sinalização feita pelas obras *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a História das Misericórdias*¹¹ e pelo *Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias*¹². O Arquivo Histórico foi ainda alvo de dois inventários não publicados mas de grande importância *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*¹³ e o *Inventário dos Livros e Documentos do Arquivo e Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*¹⁴, que serviram de base para o início da componente prática do projeto.

Houve no entanto uma certa dificuldade em encontrar informação sobre trabalhos que se debruçassem sobre os arquivos de Misericórdias em termos da criação de um modelo sistémico de informação, faltando assim estudos nesta área, tanto mais que seguiam o modelo clássico proposto no *Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias*, atrás citado, que não respeitava a emissão da informação segundo a estrutura orgânica, mas antes segundo uma arrumação temática, mesmo anacrónica.

No que toca a trabalhos gerais sobre os arquivos de Misericórdias, encontramos alguns trabalhos mais pequenos como, *Os arquivos das Misericórdias do Alto Minho:*

COMEMORAÇÕES DA ELEVAÇÃO DE BARCELOS A CONDADO Coord. *Barcelos Terra Condal: Congresso Histórico e Cultural* Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1999.pág.233-242

⁸ AFONSO, José Ferrão, *A Igreja Velha da Misericórdia de Barcelos e Cinco Igrejas de Misericórdia de Entre-Douro-e-Minho Arquitectura e Paisagem Urbana*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2012.

⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS *Boletim Comemorativo das Inaugurações dos Lar Rainha D. Leonor e Infantário Rainha Santa Isabel*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1985.

¹⁰ MAGALHÃES, Ernesto de Amorim, *Igreja da Misericórdia, Hospital, Asilo e Parque in Barcelos no Passado e no Presente*, Edição da Papelaria Liz Livraria, Barcelos, 1958

¹¹ PENTEADO, Pedro. As Misericórdias: contributo para um guia de arquivos. In PAIVA, José Pedro, coord. - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a História das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. vol. 1.pág.142-143

¹² *Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias*; Vol. 18, Distrito de Braga, Ministério da Cultura, ANTT, *Inventário do Património Cultural Móvel*, 2007.pág.60-70

¹³ ROMÃO, Ramiro *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, Barcelos, 1996. Acessível na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.

¹⁴ VINHAS, Joaquim. *Inventário dos Livros e Documentos do Arquivo e Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, Barcelos, 2007. Acessível na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.

um itinerário de investigação¹⁵, *Os Arquivos das Misericórdias do Alto Minho*¹⁶, *A Misericórdia de Valença e o seu Arquivo*¹⁷ e *O Arquivo como Reflexo da Orgânica e Funcionamento das Misericórdias*¹⁸. Sublinha-se o contributo de Pedro Penteado com reflexões sobre os arquivos de Misericórdias em geral como *As Misericórdias: contributo para um guia de arquivos*¹⁹ e *A Investigação em Sistemas de Arquivo Organizacionais: Algumas Reflexões sobre o Caso das Misericórdias de Portugal*²⁰.

Em relação a alguns catálogos e roteiros existentes destacam-se *O Arquivo e as Origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*²¹, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima*²², *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante*²³, *Roteiro do Arquivo Histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A. H. M. M. N.)*²⁴, *Misericórdia de Viana do Castelo Catalogo do Acervo Documental*²⁵ e *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*²⁶. Contudo, nenhuma destas obras apresenta um catálogo e respetivo quadro de classificação de acordo com um modelo sistémico de informação, segundo a estrutura orgânico-funcional da instituição.

¹⁵ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Os arquivos das Misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação in *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo. ISSN 0871-4282. Tomo 40 (2007), p. 357-377.

¹⁶ AMARAL, Maria Clotilde, Os Arquivos das Misericórdias do Alto Minho in PEREIRA Maria Olinda Alves, PEREIRA, Agostinho, PONTE, Teodoro Afonso da, *1º Encontro das Misericórdias do Alto Minho* Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2002

¹⁷ CASTRO, Alberto Pereira de A Misericórdia de Valença e o seu Arquivo in PEREIRA Maria Olinda Alves, PEREIRA, Agostinho, PONTE, Teodoro Afonso da, *1º Encontro das Misericórdias do Alto Minho* Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2002

¹⁸ PEREIRA, Maria Olinda Alves, O Arquivo como Reflexo da Orgânica e Funcionamento das Misericórdias in ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo F. de Oliveira *Arquivística e Arquivos Religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2000.

¹⁹ PENTEADO, Pedro. *As Misericórdias: contributo para um guia de arquivos*. In PAIVA, José Pedro, coord. - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum : fazer a História das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. vol. 1.pág. 121-128

²⁰ PENTEADO, Pedro, *A Investigação em Sistemas de Arquivo Organizacionais: Algumas Reflexões sobre o Caso das Misericórdias de Portugal*. [on-line] Porto, Portugal, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5611.PDF>

²¹ ABREU, Alberto Antunes de, *O Arquivo e as Origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*, Fão, Esposende: Santa Casa da Misericórdia, 1988

²² REIS, António P. de M. dos, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima*, Sep. *Arquivo de Ponte de Lima*, nº 1, Braga, Tip. Editora Pax, 1980

²³ LOPES, Maria José Queirós, *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante*, Amarante: Santa Casa da Misericórdia, 1992.

²⁴ ANDRADE, António Alberto Banha de, *Roteiro do Arquivo Histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A. H. M. M. N.), com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa* Coimbra: Inst. de História Económica e Social, 1978

²⁵ PEREIRA, Maria Olinda Alves, AMARAL, Maria Clotilde de Mendonça, *Misericórdia de Viana do Castelo Catalogo do Acervo Documental*, Viana do Castelo, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, 1997

²⁶ SOUSA, Fernando de, *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*, Aveiro, Arquivo Municipal de Aveiro, 1985

Pensa-se assim que este projeto poderá experimentar, de forma bem sucedida, espera-se, um processo de identificação da documentação respeitando o sistema de informação do arquivo de uma Misericórdia.

Neste sentido, seguiu-se, a nível da arquivística atual, as publicações e estudos do Doutor Armando Malheiro²⁷ e da Doutora Fernanda Ribeiro²⁸, que foram fundamentais para a compreensão a nível teórico da criação do modelo sistémico de informação desenvolvido neste projeto e aqui apresentado.

Por falta de trabalhos teóricos sobre a história e estrutura interna da instituição sob a qual nos debruçamos neste projeto, foi necessário recorrer a fontes manuscritas como os Compromissos, os Estatutos e os Regulamentos dos diversos órgãos da SCMB, que chegaram até aos nossos dias e que se encontravam no Arquivo Histórico, de forma a entender a sua constituição e estrutura orgânica. Sobre este processo metodológico falaremos mais à frente.

1.3. Estrutura do Relatório

O presente relatório divide-se em cinco partes, que correspondem a sete capítulos. Nos dois primeiros capítulos é feita uma pequena introdução ao presente relatório e de seguida é descrito o estágio, assim como em que contexto foi produzida a informação trabalhada. Na segunda parte, novamente composta por dois capítulos, pretende-se um enquadramento histórico-administrativo das Misericórdias Portuguesas e as particularidades da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos. Na terceira parte, é feito o estudo orgânico-funcional da estrutura da SCMB e dos seus estabelecimentos. Na quarta parte, serão apresentados o Recenseamento, os Quadros de Classificação da Informação e um Instrumento de Acesso a Informação - o Catálogo. Por fim consideramos e propomos ações futuras para a dinamização do Arquivo Histórico.

De forma um pouco mais detalhada, o segundo capítulo deste relatório apresenta a definição do projeto e as alterações sofridas no seu percurso dada a relação entre a componente teórica do projeto e a prática do estágio, numa articulação entre uma

²⁷ SILVA, Armando Malheiro de, *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Vol.II.Porto:Edições Afrontamento, 1998

²⁸ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar os conhecimentos do Sistema de Informação de Arquivo*. colab. Rute Reimão. Porto: Reitoria da Universidade, 2001

instituição particular de solidariedade social e o curso de Mestrado. Assim se iniciaram contactos com a SCMB por intermédio do Professor Armando Malheiro e se estabeleceu um projeto que servia tanto as intenções deste Mestrado como as necessidades da instituição, que resultaram na realização de um estágio curricular nas instalações da SCMB.

No terceiro capítulo realizaremos um enquadramento histórico-administrativo do que foram as Misericórdias Portuguesas, da sua fundação à sua evolução interna e relação externa com a sociedade que auxiliava, tentando-se estabelecer parâmetros de comparação e ligação à Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, através da bibliografia existente, que permitirá, no quarto capítulo, uma pequena história da instituição, já que a informação é escassa e se encontra dispersa.

No quinto capítulo é reconstituída, através da utilização da documentação proveniente do próprio Arquivo Histórico e por forma de Organigramas e Quadros de Competência, a estrutura orgânico-funcional da SCMB, de forma a perceber a articulação entre os diversos órgãos internos e a lógica de produção documental, para o entendimento do modelo sistémico no acesso à informação do Arquivo Histórico.

No sexto capítulo é apresentado o Recenseamento levado a cabo ao longo do estágio curricular, sendo este o capítulo de maior peso técnico, será proposto ainda um Quadro de Classificação da Informação baseado nos Organigramas anteriormente descritos e o culminar do processo num Instrumento de Acesso à Informação, o Catálogo, etapa final e que se tornou a ambição deste projeto.

Por fim, no sétimo capítulo consideramos essencial deixar propostas que se projetam para o futuro, quer para a preservação quer para a dinamização do Arquivo Histórico da SCMB, para que de alguma forma venha a conhecer uma maior visibilidade, principalmente em âmbito local, já que deveriam ser as populações que rodeiam a instituição a poderem conhecê-la melhor. Assim, criamos algumas propostas para a promoção deste arquivo, o envolvimento da população através de mecanismos de mediação do seu património, com a organização de exposições, realização de *workshops* e a promoção de estudos locais interligados com a instituição.

II. Projeto e Relatório de Estágio

O relatório aqui apresentado é, como já foi mencionado, o produto de um conjunto de fases de trabalho desenvolvidas ao longo deste mestrado, com o culminar num estágio curricular realizado na SCMB, tendo como objeto o estudo e ação arquivística sobre o Arquivo Histórico da instituição.

O primeiro passo deste trabalho começou com a identificação da estrutura interna de gestão da SCMB e dos seus estabelecimentos. Paralelamente, empreendeu-se um estudo e levantamento da documentação a cargo do Arquivo Histórico da instituição, num trabalho contínuo sobre a documentação, de forma a construir um Recenseamento e posteriormente um Catálogo.

No primeiro momento com que nos confrontamos com a documentação, e após uma pré-avaliação do volume documental, foi necessário fazer uma apreciação do trabalho a desenvolver, tendo em conta as grandes dimensões do volume documental do Arquivo Histórico e reavaliar as prioridades deste projeto, entre a reorganização estrutural do sistema de informação e a organização física do mesmo.

Assim surgiu a necessidade de redesenhar este projeto, de forma a torná-lo realizável dentro do prazo previsto, de forma a concluir o nosso objetivo principal que foi sempre a construção do catálogo do Arquivo Histórico da SCMB.

É ainda de interesse mencionar que se procedeu à consideração, a nível de ações futuras, de mediação do Arquivo Histórico da SCMB, para a possível dinamização e difusão da documentação a seu cargo, de forma a criar ações de promoção cultural e de divulgação, tanto do espólio como dos espaços utilizados, numa articulação entre a história da instituição e a sociedade local atual, como se anunciou atrás.

2.1. Definição do Projeto

Este projeto, preparado ao longo do primeiro ano do curso de mestrado em História e Património, e desenvolvido no estágio curricular, corresponde às seguintes ações:

- Investigação Bibliográfica – procura de bibliografia relacionada com o arquivo a trabalhar com vista a uma seleção da bibliografia adequada;

- Conhecimento do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos – primeiro contacto com o arquivo, o seu modo de funcionamento e a documentação a seu cargo;
- Contextualização do Fundo – análise do contexto de produção da informação e do modo como foi tratado e preservado o fundo ao longo dos tempos;
- Análise da Documentação – análise e descrição individualizada de cada documento existente no Fundo;
- Reagrupar a Documentação do Arquivo – reorganizar a documentação tendo em conta um quadro orgânico-funcional a ser definido;
- Criação de um Instrumento de Acesso à Informação – Catálogo

Para acautelar o cumprimento de todas estas ações foi criado um cronograma²⁹ de forma a organizar e rentabilizar o estágio.

2.2. Contextualização do Projeto

Toda a gestão de informação de arquivo necessita de conhecimento de base da estrutura orgânica dos sistemas de informação em análise e de um estudo funcional sobre o mesmo.

Assim como primeira fase tornou-se essencial um estudo do quadro orgânico-funcional da SCMB e dos seus estabelecimentos e, mais tarde, uma intervenção na gestão de informação.

Para se reconstruir a estrutura orgânico-funcional da SCMB, foram consultadas diversas fontes, que tiveram de ser obrigatoriamente manuscritas já que não existem publicações que nos pudessem ajudar ou esclarecer sobre o que seria a estrutura da SCMB, para qualquer época que fosse.

Assim foram usados os Compromissos da SCMB, e os Estatutos e Regulamentos dos diversos estabelecimentos da instituição, que chegaram até aos nossos dias e que se encontravam no Arquivo Histórico. Se mais terão existido não é possível fazer tal afirmação, pois não surgiram registos de tal ao longo do tratamento arquivístico feito no Arquivo Histórico.

²⁹ Ver Anexo I Cronograma

A par deste estudo sobre a estrutura administrativa da SCMB, estabeleceu-se como objetivo o recenseamento da documentação existente no Arquivo Histórico, no próprio local onde se encontrava a documentação, de forma a observar as condições de acondicionamento e organização.

Após o recenseamento, o ponto que se seguia no plano de estágio era a descrição e classificação da informação documental que se encontrava a cargo do Arquivo Histórico, pelo que foi fundamental a utilização das Normas Internacionais como a ISAD(G) e a ISAAR(CPF).

O resultado final deste trabalho culmina na realização de um instrumento de acesso à informação, concretamente um Catálogo.

2.3. Reformulação do Projeto

Com a evolução inicial deste projeto e do respetivo estágio, foi possível observar que aquilo que se pretendia realizar inicialmente num tão curto espaço de tempo, seria parcialmente impossível. Então, e tendo em conta o tempo disponível para a realização do estágio, optou-se por limitar o campo de ação, com, no entanto, a esperança que se possível se daria continuidade a todo o projeto, se para tal houvesse realmente tempo suficiente.

Assim o projeto centrou-se, e de forma a respeitar um processo correto de ação, na realização do estudo e levantamento da documentação manuscrita a cargo do Arquivo Histórico da SCMB, tendo em conta a sua organização e proveniência.

Deixou-se de lado a descrição arquivística de todos os documentos e livros impressos que, embora possam ter sido usados pelos órgãos da instituição, não foram de sua própria produção, tais como alguns missais, receituários e códigos civis, que se encontravam num armário, juntamente com a restante documentação do arquivo.

Devido ao volume documental, foi também deixado de lado o plano de reagrupamento físico da documentação, nos armários, do Arquivo Histórico, segundo uma ordem orgânico-funcional, já que tal seria de difícil concretização no tempo disponível e pedia ainda um esforço físico maior do que era possível para uma pessoa sozinha e sem outro tipo de apoio.

Outra alteração feita ao longo do estágio, e novamente devido ao volume enorme de documentação, foi o facto de a partir da Caixa 10 do Armário C nos termos limitado a fazer a descrição até à unidade de instalação, pelo facto de se tratar de documentos avulsos, e na grande maioria das vezes dispersos, procedendo-se, assim, ao seu agrupamento por tipologia documental e por ordem temporal, de forma a acelerar o processo de descrição arquivística.

Foi ainda posta de parte, logo inicialmente, a hipótese de se fazer uma descrição arquivística do Nobiliário de Felgueiras Gaio por se tratar de um núcleo documental à parte do Arquivo e de valor especial, não só pelo seu nome no panorama das genealogias, mas também porque foi Provedor da SCMB³⁰, o que merecia um tratamento e estudo próprio o qual não poderia ser concretizado neste estágio.

O projeto final concentrou-se assim no inventário inicial da documentação para avaliação, no conhecimento orgânico-funcional e estudo da SCMB, com o recurso aos documentos a cargo do Arquivo Histórico e ao recenseamento final de toda a documentação manuscrita e consequente criação do catálogo de forma a possibilitar um melhor acesso por parte do utilizador do Arquivo Histórico.

2.4. Instituição de Acolhimento



Santa Casa da Misericórdia de Barcelos

Campo da República 4750 – 275 Barcelos, Braga, Portugal

Telefone 253 802 270

E-mail: geral@misericordia Barcelos.pt

Site: <http://www.misericordia Barcelos.pt>

Horário: 2.ª a 6.ª feira 9h-13h/14h-17.30h

A SCMB, salvaguardando os seus valores culturais e históricos, tem como missão promover o desenvolvimento de respostas sociais direcionadas para a Terceira

³⁰ FERRAZ, António Miguel da Costa Almeida, Apontamentos para a História de Barcelos, Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2013 pág. 400

Idade, Infância, Saúde e Religião, privilegiando os grupos mais vulneráveis e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

Pretende ser reconhecida como uma instituição de excelência na implementação de práticas de solidariedade e qualidade, pautando-se pela melhoria contínua nas suas áreas de intervenção.³¹

Instalada desde 1836 no antigo Convento de Capuchos a SCMB, conserva nas suas instalações documentação de natureza administrativa e histórica, procedente dos seus diversos órgãos e estabelecimentos, não tendo sido encontrado, até à data, documentação referente aos anteriores ocupantes do edifício.

Podemos, dentro das instalações da instituição localizar 2 salas de arquivo, o Arquivo Histórico e o Arquivo Corrente. No entanto existe muita documentação dispersa pelos vários espaços da SCMB, cerca de 4 espaços com documentação armazenada, da qual pouco ou nada se sabe, pois foi deixada para trás, pelas diversas mudanças que as instalações sofreram, isto sem contar com a documentação acumulada nas diversas valências da instituição.

Vejamos. Na atual secretaria da SCMB, rés-do-chão do edifício central, existe uma pequena sala que alberga toda a documentação produzida nos anos mais recentes pela secção de contabilidade, provisionamento e recursos humanos, designada genericamente de Arquivo. Na chamada sala de formação, no 1º Piso do edifício adjacente às traseiras da Igreja, existe novamente diversa documentação principalmente dos anos 2000 a 2007. O designado Arquivo Histórico, no Salão Nobre da instituição, no 1º Piso da antiga secretaria, e o qual foi alvo deste trabalho, será, portanto, o único arquivo da instituição a poder disponibilizar um catálogo que permita um acesso fácil e correto à documentação existente. Sobram, por fim, as três salas do sótão, por cima do Salão Nobre, e que acolhe, documentação relativa aos estabelecimentos da instituição, ou seja, os Infantários e os Lares de Idosos.

Já tinha havido anteriormente dois trabalhos de inventariação do Arquivo Histórico, sendo um mais completo que outro. Um, em 1998/1999 pelo Professor Ramiro Romão, e outro muito mais completo, em 2006/2007, pelo Professor Joaquim Vinhas.

³¹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, *Boletim da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, SCMB, Barcelos, 2011

No que toca à consulta da documentação do Arquivo Histórico, por alguém exterior à instituição, é sempre necessária uma autorização especial por parte da Mesa e do Provedor, sendo que o Salão Nobre serve, ao mesmo tempo, de Arquivo e de Sala de Leitura para quem o visita. Está previsto o empréstimo de documentação somente em casos excepcionais e à comissão relacionada com o desenvolvimento da obra bibliográfica, a ser feita neste momento sobre a SCMB, procedendo-se sempre ao registo de saída e entrada do documento em folha própria a cargo da Secretária da Provedoria.

Está previsto o acolhimento do Arquivo Histórico no projeto museológico que se encontra neste momento em desenvolvimento na SCMB. Por isso, espera-se que este trabalho seja mais um impulso à sua integração como uma valência à área museológica e que permita a criação de projetos que elucidem, eduquem e formem a população interessada, com a criação de exposições, realização de conferências, e a promoção de estudos locais, entre outros, de forma a dinamizar o espaço e atrair visitantes.

Embora a SCMB já tenha realizado vários protocolos com entidades de ensino superior, em diversas áreas, este projeto e estágio foi pioneiro na ligação do Arquivo Histórico à instituição.

2.5. Plano de Estágio e Atividades Desenvolvidas

O plano de estágio desenvolveu-se inicialmente desde 29 de Outubro de 2012 até 28 de Fevereiro de 2013, às terças e quintas-feiras, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00. Após decorrido este tempo foi óbvio que seria necessário prestar mais horas para que este projeto pudesse ficar o melhor e mais completo possível. Assim a partir de 4 de Março e até 21 de Maio, passamos a ir as segundas, quartas e quintas-feiras, sendo que o horário também se estendeu, das 9h00 às 13h00 e das 13h30 às 18h30, com a compreensão da instituição que permitiu ficar até mais tarde nas instalações depois de estas fecharem. Com o apoio da SCMB foi também possível estender o prazo de estágio, sendo que o mesmo deveria ter acabado em Abril mas só em Maio se deu por terminado todo o trabalho necessário, ultrapassando as 400 horas necessárias para estágio curricular.

As atividades desenvolvidas durante o estágio decorreram, durante quase toda a sua duração, no espaço do Salão Nobre da instituição, onde se encontra a documentação do Arquivo Histórico, exceto quando o mesmo espaço se encontrava em utilização para algum evento da SCMB. Nesses casos, ou se ficava na Sala do Provedor, uma sala mais pequena no mesmo piso, ou numa área da secretaria da instituição.

É de ressaltar que a documentação do Arquivo Histórico, se encontra repartida por 4 armários designados por Armário A, B, C e D, sendo que parte da documentação existente se encontra inserida em caixas, e outra parte, geralmente “livros”, de maior volume, que se encontram alinhados nas prateleiras. Surgiu ainda alguma documentação em gavetas dos armários e de uma secretária, que, como se verá mais à frente, foi integrada no volume documental do Arquivo Histórico

Pelo fato de existir alguma documentação na Sala do Provedor, que tinha sido retirada do seu local próprio, procedemos à realização de um inventário preliminar de toda a documentação, de forma a se poder identificar a proveniência daquela documentação, já que se pensava pertencer a um dos armários do arquivo. Assim, e tendo como base o último inventário feito, iniciamos uma revisão aos documentos existentes em todos os espaços.

Após uma rápida e primeira avaliação da documentação, as conclusões foram as seguintes: a documentação da Sala do Provedor havia sido retirada do Armário B e C. Mas o mais perceptível foi o facto de toda a documentação se encontrar em desordem em relação ao inventário de 2006/2007, que tinha proposto uma numeração para todos os documentos e caixas (unidade de instalação) existentes.

Esta dispersão tornou o recenseamento um pouco mais complexo, já que como se estava a usar este inventário como base criou durante algum tempo “buracos” no recenseamento. Observou-se ainda neste momento, com a identificação das caixas de documentação avulsa, que estas seriam o maior problema.

Devido ao volume de documentação a reorganização física dos livros nos armários, segundo a numeração anteriormente feita, foi sendo adiada até meio do estágio quando foi possível, com ajuda exterior, devolver as caixas e demais documentos da Sala do Provedor ao seu respetivo lugar, procedendo-se a algumas alterações e correções que achamos necessárias no que tocava à identificação de

documentos e identificação exterior de caixas, organizando segundo a ordem anteriormente feita, tendo este processo demorado cerca de 16 horas.

Assim a estrutura dos armários passou a ser provisoriamente a seguinte:

Prateleira	Armário A	Armário B	Armário C	Armário D
Prateleira 1	Doc. 148 a 149	Doc. 269 a 274	Doc. 422 a 441	
Prateleira 2	Doc. 105 a 131	Doc. 275 a 336	Doc. 442 a 463	
Prateleira 3	Doc. 132 a 168	Doc. 337 a 421	Caixa 1 a 9	
Prateleira 4	Caixa 1 a 15	Caixa 1 a 12	Caixa 10 a 24	
Prateleira 5	Caixa 16 a 23	Caixa 13 a 20	Caixa 25 a 32	Caixa 41 a 48
Prateleira 6	Caixa 24 a 30	Caixa 21 a 28	Caixa 33 a 40	Caixa 49 a 53

Infelizmente não se pôde proceder a higienização e limpeza dos documentos, da poeira, micro-organismos e materiais corrosivos, sendo este um dos procedimentos mais importantes no processo de conservação e preservação da documentação, já que possibilita a eliminação daqueles agentes responsáveis pela sua deterioração. Tal não foi possível por não existir, na instituição, pessoal qualificado que pudesse cumprir o trabalho e se a documentação fosse entregue a um arquivo público, hipótese avaliada, atrasaria bastante a realização deste projeto.

Assim limitou-se o trabalho de prevenção à remoção de materiais corrosivos como agrafos e cliques que estavam, na maioria dos documentos avulsos a provocar grandes danos. Todos os documentos com danos significativos à sua integridade foram assinalados no Recenseamento e mais tarde no Catálogo, na área de Notas.

É de referir, no entanto, que embora existam danos na documentação, como marcas de água, bolor, páginas corroídas por tinta ferrogálica, agrafos e cliques e se encontrem galerias de insetos e alguns resquícios de casulos, não foram vistos qualquer vestígios de pragas ativas dentro dos documentos.

A fase de recenseamento da documentação, instalada nos armários e esquecida em gavetas, demorou cerca das 400 horas, estipuladas para este estágio curricular.

A distribuição dos documentos nos armários, embora à primeira vista pareça aleatória, respeita uma linha de pensamento, tendo em conta uma organização

documental, demonstra uma distribuição segundo certas tipologias documentais, organização dada pelo Professor Vinhas.

No Armário A³² com datas extremas de 1584 a 1959, encontram-se 171 Documentos Compostos, distribuídos por 6 prateleiras e 30 caixas, sendo que nas três primeiras prateleiras os documentos se encontram alinhados, lado a lado, e nas restantes prateleiras se encontram em caixas. Neste armário encontram-se principalmente Livros de Atas de Sessão de Mesa e outros Livros de Atas, Livros de Autos de Arrematação, Livros Copiadores de Correspondência, Livros de Legados e Doações, Livros de Inventários, Livros de Recenseamentos de Irmãos, Livro do Asilo, Livros de Foros, Livros de Prazos e Arrendamentos, Livros de Movimentos de Doentes do Hospital, Livros de Sentenças, Tombos de Bens e Propriedades, Livros de Receitas e Despesa da Confraria de Santa Gertrudes, Compromisso do Hospital, Livro de Receita e Despesa do S. Sacramento, Livros de Receituários e Livros de Medicamentos, Livros de Receitas e Despesa, Livros de Acórdãos e Regulamento do Hospital.

No Armário B³³, com datas extremas de 1599 a 1958, encontram-se 258 Documentos Compostos, distribuídos por 6 prateleiras e 28 caixas, sendo que, tal como no armário anterior, nas três primeiras prateleiras os documentos se encontram alinhados, lado a lado, e nas restantes encontram-se em caixas. Os documentos principais são Livros de Capitais Mutuados e de Juros, Livros de Devedores, Livros de Contas, Livros Receitas, Livros de Despesa, Livros de Receita e Despesa, Diários de Receita e Despesa, Livros de Foros, Livros de Termos de Arrematação, Livro de Relação Abreviada dos Doadores e Livro de Esmolas.

No Armário C, o trabalho de descrição arquivística tornou-se mais complexa devido ao tipo de documentação em causa, pois a partir da Caixa 10 a documentação era avulsa, o que tornava a sua descrição muito mais morosa. Esta situação implicou uma opção: ou se fazia realmente a descrição por cada documento simples, o que não permitia a conclusão de todo o recenseamento, ou se agrupava a documentação por unidade de instalação, baseada na tipologia documental e organizada por ordem cronológica. Assim, e tendo em conta o tempo ainda disponível, e o fato de o volume de documentação ser bastante grande, e após aconselhamento tutorial, optou-se pela

³² Ver Anexo II fig. 1

³³ Ver Anexo II fig. 2

descrição a nível de unidade de instalação, para que toda a documentação existente no arquivo fosse tratada.

Ora tendo em conta que também o Armário D se encontrava nas mesmas condições anteriores, procedeu-se à remoção de todas as caixas existentes nestes armários, para que, após o recenseamento, se pudesse reagrupar a documentação por tipologia documental.

Foi também neste momento que se agregaram documentos que se encontravam esquecidos, em gavetas dos armários e da secretária existente na sala, os quais não estavam inventariados, sendo que eram documentos principalmente relativos aos anos de 1969 a 1974, e que consistiam essencialmente em correspondência e rascunhos de atas da Mesa Administrativa da SCMB.

Assim, os armários C e D passaram a apresentar uma configuração final, bastante diferente. No Armário C³⁴, com datas extremas de 1574 a 2000, distribuídos por 6 prateleiras e 42 caixas, nas duas primeiras prateleiras os documentos encontram-se alinhados, lado a lado, e nas restantes prateleiras encontram-se em caixas. É neste armário que se encontra guardado o Nobiliário Manuscrito de Felgueiras Gaio (422 a 455), encontram-se ainda 8 Documentos em prateleira. Nas primeiras nove caixas preservam-se 36 Documentos Compostos, desde Livros de Atas e Termos da Mesa, a Livros de Despesa de Obras, Despesa e Receita da Confraria do Santíssimo Sacramento, Compromisso da Misericórdia de Lisboa, Índex do Cartório e Arquivo, Livro de Lembranças, Livro de Relação dos Fundos da Irmandade, Livro de Movimentos de Dentes do Hospital, Livro de Mercês e Provisões, Livro de Entrada de Irmãos, Livros de Esmolas, Livro de Livramento de Presos, Livro das Cópias dos Títulos Antigos, Livros de Eleições, Livros de Legado, Livro de Contas perfazendo no total 78 Documentos Compostos.

Em relação as unidades de instalação deste armário, 542 Unidades no total, encontram-se distribuídas por 33 caixas, segundo a sua tipologia documental, assim é possível encontrar, documentos relativos a Ações, Obrigações e Títulos de Dívida na Caixa 10, Aquisição de Géneros na Caixa 11, Capitais Mutuados na Caixa 12 e 13, Companhias de Seguro e Concursos na Caixa 14, Correspondência e Ofícios da Caixa 15 a 24, Dotes de Casamento da Caixa 25 a 31, Decretos, Diplomas e 2 Maços de

³⁴ Ver Anexo II fig. 3

Diversos na Caixa 32, Estatutos e Folhas de Jornal entre outros na Caixa 33, Entradas no Asilo de Inválidos na Caixa 34, Inaugurações e Inventários na Caixa 35, Legados, Testamentos e Doações da Caixa 36 a 38, Orçamentos e Contas da Caixa 39 a 41 e por fim na Caixa 42 Pleitos e Contenciosos. Existe ainda 1 Documento Composto entre as unidades de instalação o documento, Estatutos e Regulamentos da Santa Casa da Misericórdia e 3 Documentos Simples, Estatutos da Santa Casa da Misericórdia, Estatutos da União das Misericórdias Portuguesas e Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, optou-se por esta descrição pelo teor dos documentos e para facilitar a sua pesquisa no arquivo.

Já no Armário D³⁵, com datas extremas de 1697 a 2000, encontram-se 209 Unidades de Instalação, e 40 Documentos Simples, distribuídos por 16 caixas em 2 prateleiras. Decidiu-se tratar 40 Documentos Simples arquivisticamente, devido à sua tipologia documental, ou seja, Recenseamentos de Irmãos e Regulamentos para que o seu acesso fosse mais fácil e permitisse reconstituir a estrutura orgânica da Misericórdia. Neste armário é possível encontrar na Caixa 43 e 44, Prazos e Foros, na Caixa 45, Processos de Arrendamento de Compra e Venda, Contratos de Prestação de Serviços, Processos de Distrate, de Pagas e de Permutas, nas Caixas 46, 47 e 48, é possível recuperar informação relativa a todos os Projetos de Obras, Rascunhos, Minutas e Extratos de Atas na Caixa 49 e 50, os Recenseamentos Gerais dos Irmãos da Caixa 51 a 53, Recibos e Registo de Despesa da Caixa 54 a 56, Registos Prediais, Regulamentos e Requerimentos na Caixa 57 e por fim Semana de Ofertas ao Hospital e Semana das Misericórdia na Caixa 58.

Prateleira	Armário A	Armário B	Armário C	Armário D
Prateleira 1	Doc. 148 e 149	Doc. 269 a 274A	Doc. 422 a 441	
Prateleira 2	Doc. 105 a 131	Doc. 27B a 336	Doc. 442 a 463	
Prateleira 3	Doc. 132 a 168	Doc. 337 a 421	Caixa 1 a 9	
Prateleira 4	Caixa 1 a 15	Caixa 1 a 12	Caixa 10 a 25	
Prateleira 5	Caixa 16 a 23	Caixa 13 a 20	Caixa 26 a 34	Caixa 43 a 50
Prateleira 6	Caixa 24 a 30	Caixa 21 a 28	Caixa 35 a 42	Caixa 51 a 58

³⁵ Ver Anexo II fig. 4

Esta tabela sintetiza a instalação, após o recenseamento e organização completa dos armários, do Arquivo Histórico da SCMB. Por tratar como já foi mencionado, ficaram os livros e documentos impressos nas prateleiras 1, 2 e 3 do Armário C e por isso se encontrarem vazios os respectivos espaços no gráfico.

Após o recenseamento, tal como já foi mencionado e explicado, procedeu-se à reorganização das caixas de documentação avulsa. Assim, os documentos foram agregados por tipologia documental e selecionaram-se as respetivas caixas, de seguida a documentação foi armazenada em envelopes por ordem cronológica, sendo que para cada envelope foi feita uma etiqueta identificativa da documentação existente no seu interior, com o respectivo número da unidade de instalação, designação e datação, para que o acesso à documentação fosse mais fácil ao utilizador.

Exemplo:

823. [Dotes de Casamento] 1910 a 1911

Após a colocação da documentação nos envelopes e das etiquetas, os envelopes foram introduzidos nas suas respectivas caixas, existindo duas caixas de tamanho especial a Caixa 10 e a Caixa 32, por melhor acomodarem a documentação sendo caixas mais baixas e compridas (A3) em oposição às restantes caixas mais curtas e altas (A4).

Pôs-se ainda a possibilidade de armazenar os documentos em caixas antifúngicas, substituindo as atuais de cartão, mas foi posta de lado esta ideia pelo fato de ser preciso primeiro fazer uma limpeza e higienização da documentação e de arranjar melhor acomodação em termos de estantes, já que os armários (de madeira) em que a documentação se encontra neste momento, estavam anteriormente, juntamente com a documentação num piso térreo da SCMB, expostos às alterações climáticas e eventualmente a pragas de insetos, pelo que não são as melhores acomodações para a documentação.

Foram também criadas etiquetas para todas as novas caixas para que a sua identificação nos armários fosse de mais fácil visualização.

Exemplo:

ARMÁRIO C CAIXA 10

- 500. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1767 a 1806
- 501. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1893
- 502. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1889 a 1964
- 503. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1902 a 1989
- 504. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1923 a 1976
- 505. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1928 a 1932
- 506. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1942
- 507. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1951 a 1958
- 508. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1972
- 509. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1976
- 510. [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] Sem Datação

Todo o material de organização como as caixas, envelopes e etiquetas foi cedido pela SCMB, sob algumas orientações dadas. Já que nem todos os documentos têm um tamanho regular foi necessário recorrer a envelopes de tamanho maior que o normal e algumas unidades de instalação tiveram de ser armazenadas em envelopes com fole devido ao seu volume. Toda a reorganização demorou cerca de 80 horas, sendo já realizada fora do previsto no cronograma do estágio curricular.

III. Enquadramento Histórico-Administrativo As Misericórdias Portuguesas

Criadas com o intuito de responder às necessidades assistenciais da época em que surgem as Misericórdias, são instituições leigas de cariz religioso, autónomas das instituições locais, e respondendo somente ao poder central.

Cumprem inicialmente funções de caridade, como o apoio aos pobres, presos e órfãos, através de escolas e mais tarde em hospitais e gafarias, e ainda recolhimentos femininos e colégios de órfãos. No entanto existe uma evolução neste tipo de instituições, em termos de gestão, porque estando na posse de grandes capitais começam a desenvolver paralelamente o uso de “emprestar” ou “dar” a juro, o que se irá tornar um dos grandes pilares deste tipo de instituições em conjunto com as obras de assistência.

Tornam-se ainda um palco de sociabilidade³⁶, pela criação de uma hierarquia interna baseada na concepção social de valores, e agregando numa mesma instituição diferentes níveis da sociedade, distinguindo quem seriam os agentes e receptores de caridade, baseando-se no estatuto social como forma de discriminação. Por isso, Pedro Penteado salienta ainda que não é de *menosprezar a sua capacidade de intervenção política, nomeadamente através da criação de maiores oportunidades de exercício do poder ao nível local, factor que muito contribuiu para o seu sucesso.*³⁷

3.1. O Contexto da Fundação das Misericórdias

*Fundadas a partir de 1498, as misericórdias foram as confrarias mais importantes em Portugal do século XVI ao século XVIII. A sua primazia decorria do seu estatuto jurídico particular, associado a protecção dos monarcas portugueses; da sua composição social correspondem às elites detentoras do poder local; do património fundiário e móvel acumulado; e da sua omnipresença na prestação de serviços assistências.*³⁸

³⁶ ARAUJO, Maria Marta Lobo de, *As Misericórdias Portuguesas enquanto Palcos de Sociabilidades do Século XVIII*. História: Questões e Debates Curitiba Editora UFPR Nº45 Julho a Dezembro de 2006

³⁷ PENTEADO, Pedro *A Documentação Acumulada nas Confrarias e Misericórdias de Portugal: Problemas e Soluções* Dialnet.unirioja.es 2002 pág. 462

³⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães e *Misericórdias* in Dicionário de História Religiosa de Portugal dir. Carlos Moreira Azevedo Lisboa, Circulo de Leitores, 2000 pág.200

Nenhum rei português apoiou tanto estas instituições como D. Manuel que vai ritualizando as obras de misericórdia, promovendo grandes investimentos, financeiros e religiosos, renovando o empenho assistencial e devocional, reforçando o envolvimento laico dos fiéis na vida religiosa portuguesa, passando as Misericórdias a atuar numa situação de quase exclusividade.

Não podemos falar das Misericórdias em Portugal sem falar de D. Leonor, e da sua influência para a história da assistência desde fundação de missas e outras instituições pias, e ainda a influência com mercês, a proteção e criação de órfãos, a dotação de matrimónios e apoio a viúvas. *A rainha oferecia, por isso, ao mundo secular, principalmente urbano, uma organização decisiva no seu compromisso com a doutrina das obras e a espiritualidade da Misericórdia, mas também com a sua intensificação religiosa e institucionalização social: as confrarias de Misericórdia.*³⁹

A criação das Misericórdias, com apoio régio, mostra a forma como o poder da Coroa se relacionava, inicialmente, de forma muito localizada, focando-se inicialmente na formação da Misericórdia de Lisboa, mas gradualmente alargando esta rede por todo o país.

No reinado de D. Manuel a tendência era alargar os privilégios da Misericórdia de Lisboa às Misericórdias locais, individualmente e nunca em bloco, concedendo em alguns casos privilégios específicos a cada uma das instituições. Assim no final do seu reinado as condições para uma maior prática das obras de caridade já se encontravam criadas. Depois de 1521, a estruturação das Misericórdias estava em boa parte completa, sendo que os reis seguintes tratam somente de alguns ajustes.

Isabel dos Guimarães e Sá⁴⁰ refere que é preciso ter atenção cronologicamente quando se trata de Misericórdias, já que nem sempre existem datas certas de fundação, existindo antes uma primeira datação que comprova a sua existência, mas muito discutível, como é, aliás, o caso da SCMB.

As terras, onde se fundam inicialmente as Misericórdias estão de alguma forma ligadas à Casa Real ou a locais onde a presença do rei de fazia sentir com mais frequência, às vezes através de processos de imposição régia até, como é o caso do

³⁹ SOUSA, Ivo Carneiro de *Da descoberta da misericórdia à fundação das Misericórdias: 1498-1525*. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999 pág.85

⁴⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães e *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal* Lisboa, Livros Horizonte, 2001 pág.44/45

Funchal. Assiste-se assim após o reinado de D. Manuel a uma rápida expansão deste tipo de experiência confraternal, espalhando se rapidamente por vários locais no reino desde cidades a vilas e alguns pequenos lugares, o mesmo acontecendo nos territórios além-mar.

As Misericórdias irão, ao longo do século XVI, multiplicar as suas atividades desde o apoio aos presos, pobres e desprotegidos, resgate de cativos das mãos dos infiéis, além da administração quer de hospitais e albergarias como o de recolhimentos de donzelas e órfãos, recolhendo esmolas, promovendo funerais e enterros, organizando saídas processionais e manifestações religiosas.

Vão ter sempre o apoio régio, consolidando a sua presença social, conseguindo o direito de possuir bens de raiz, o que vai originar a construção de um património impressionante.

A nível social, vão também ganhar cada vez mais importância, atraindo e por isso recrutando, para os cargos mais altos da instituição, os grupos sociais dominantes nos meios urbanos. Irão, ao longo do tempo, descolando das suas funções originais encontrando outras formas de desenvolver apoio assistencial.

3.2. A Construção e Administração do Património

O capítulo A Estruturação Institucional das Misericórdias em Portugal e no seu Império da obra *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*⁴¹ demonstra como os privilégios régios concedidos às Misericórdias foram sempre um estímulo à sua criação e crescimento, além do facto de estarem associados aos aspetos espirituais e devocionais destas instituições. Considera a historiografia que foi com Trento que se observou uma grande acumulação de capitais por parte das Misericórdias, dada a crescente formação de legados por parte de famílias de testadores, assim como a tendencial institucionalização dos estatutos das Misericórdias sob a proteção régia, possibilitando a administração de hospitais, o que tem uma influência marcante nas instituições.

⁴¹ SÁ, Isabel dos Guimarães e A Estruturação Institucional das Misericórdias em Portugal e no seu Império in *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal* Lisboa, Livros Horizonte, 2001 pág.39/60

A questão da posse de bens de raiz é um dos privilégios difícil de tratar já que, embora inicialmente as Misericórdias não pudessem ser detentoras de bens imóveis, aceitavam bens de capela, o que vai abrir a via para a posse de bens de raiz associados à sua fundação, por pressupor a criação de rendas que sustentassem a celebração de intenções relativas à alma do defunto e sua família, até ao fim do mundo. Vão tendendo ainda a incorporar os hospitais locais, que possuíam património considerável, passando a administrá-los.

Outro privilégio pelo qual as Misericórdias lutam, e conseguem, é o monopólio legal dos enterramentos, o que vai originar património mobiliário funerário próprio, que vão depois alugar a outras confrarias.

É errado supor que todas as Misericórdias tiveram sempre autonomia financeira. Muitas nunca chegaram a dispensar as doações régias, e os orçamentos de estado mostram que as Misericórdias e seus hospitais usufruíram de verbas provenientes das finanças régias.

No entanto, embora sem uma avaliação quantitativa precisa, os principais rendimentos vão ser a recolha de esmolas e o pagamento de enterros. É só a partir de finais do século XVI que as Misericórdias vão tender a diversificar as suas fontes de rendimento, com o recebimento de rendas e foros de bens imóveis, assim como começam a explorar o empréstimo de dinheiro a juros.

A recolha de esmolas é uma das primeiras atividades a ser organizada, existindo equipas de pedidores certificados, os mamposteiros, homens que, sendo geralmente de origem social mais baixa, muitas vezes eram artesãos, gozavam de uma extensa lista de privilégios.

É de mencionar ainda os legados, como se escreveu atrás, em que os doadores davam parte ou todos os seus bens como encomenda da sua alma, estipulando um conjunto de obrigações nos seus testamentos, sendo que grande parte era destinada à celebração de missas por alma, ficando o restante destinado às esmolas designadas pelo doador.

A alteração das formas de religiosidade⁴², vai originar uma diminuição das receitas provenientes das esmolas, assim as Misericórdias tentam encontrar outras formas de explorar os seus patrimónios de forma a terem maior liquidez monetária, começando por explorar os bens imóveis de que eram proprietárias, além da venda de remédios avulso pelas boticas dos seus hospitais.

Embora os compromissos das Misericórdias ordenassem a venda em leilão das propriedades recebidas em herança, nem todas as Misericórdias o faziam, optando antes pela exploração direta ou a cedência a terceiros por contratos de arrendamento. A tendência de conversão em dinheiro de bens vendáveis, prende-se com outra atividade das Misericórdias, o empréstimo a juros.

No entanto o empréstimo a juros era visto como forma de usura, logo proibido à luz das leis, os próprios compromissos o proibiam, como Compromisso de 1577, no entanto o Compromisso de 1618 admitia-o, ao referir o empréstimo de dinheiro dos cofres da Misericórdia. Estudos feitos demonstram que esta prática era comum, e não totalmente ilícita tendo um estatuto especial, já que pertencia a falecidos e era aplicado em benefício das suas almas e na cura das almas e corpos dos pobres.

A acumulação de património, mesmo quando constituído por bens de raiz era rapidamente transformada em capital líquido, proveniente de rendas agrícolas ou urbanas, rendas da Fazenda Real, produtos das esmolas ou da venda em hasta pública de propriedades e herdades, era colocado no mercado de capitais. Após se tornar comum a prática desta forma financeira as Misericórdias começam a ter avultado somas em depósito, que rentabilizavam os juros.

O empréstimo a juros, comportava riscos para as instituições já que estas não tinham meios de coação para fazerem cobranças difíceis e daí a luta das Misericórdias com a Coroa, para obterem autorização para usar os mesmos meios de coação que eram usados na cobrança da Fazenda Régia. Embora seja por vezes difícil a cobrança de dívidas, o crédito é muitas vezes a maior fatia de rendimento das Misericórdias.

As Misericórdias vão ter maior tendência a desenvolver este aspecto económico, em regiões cuja economia exigia investimentos de capitais constantes, embora também

⁴² SÁ, Isabel dos Guimarães e *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800* - Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 pág.84

as Misericórdias de zonas rurais, sem grande envolvimento no comércio, emprestassem dinheiro.

É de salientar ainda a existência de redes clientelares dos mesários, e por lógica as suas conivências, já que são preferencialmente as elites que ocupam os cargos das Mesas das Misericórdias, e que deste modo tinham o acesso privilegiados aos capitais da Misericórdia, exercendo um controlo sobre os capitais. Assim uma teia de relações entre os mesários protegia e propagava um sistema financeiro muitas vezes fraudulento.

3.3. A Orgânica dos Compromissos

Tal como uma confraria da época, as Misericórdias seguem um Compromisso, que fixava as linhas que os irmãos da irmandade deveriam seguir, como regras de admissão, a participação na vida da irmandade, as eleições dos corpos administrativos e o exercício das obras de misericórdia. Contudo, para Isabel Guimarães Sá *o estudo dos compromissos das confrarias com o objectivo de discernir o respectivo modus operandi e naturalmente discutível. Servem apenas como declaração de intenções e por vezes adaptam se mal a esta função muitas confrarias decalcavam os seus compromissos de outras pré existentes e limitavam se a fazer com que o conteúdo dos capítulos fosse de molde a obter a homologação das autoridades. [...] Se por um lado o seu valor para conhecer a realidade efectiva das confrarias pode ser reduzido o mesmo não se passa com as atitudes que revelam relativamente aos membros e aos comportamentos que estes deviam assumir.*⁴³

Os Compromissos da Misericórdia de Lisboa foram, de fato, uma base para os Compromissos de outras Misericórdias, sendo que algumas irmandades se limitaram a adotar os Compromissos sucessivos de Lisboa.

Aconteceria então que *os habitantes locais fundavam uma confraria demoravam algum tempo a solicitar a sua homologação ao poder central que por sua vez podia atrasar o processo geralmente protagonizado pela preocupação fundamental por parte das Misericórdias em requererem os privilégios inerentes a sua congénere de Lisboa.*

⁴³ Idem, *Ibidem* pág. 89

*Finalmente aparecia o documento régio que confirmava esses privilégios e a partir desse momento a nova Misericórdia tinha existência oficialmente reconhecida.*⁴⁴

Para uma melhor compreensão da estrutura organizacional das Misericórdias, analisaremos de forma breve os Compromissos publicados da Misericórdia de Lisboa, por terem maior divulgação e pelo papel primitivo na configuração dos regulamentos de outras Misericórdias.

Teremos em conta o primeiro compromisso publicado da Misericórdia de Lisboa de 1516, o compromisso reformado de 1577, e finalmente um novo compromisso em 1619, durante o domínio filipino e que desta vez vigorou até 1834.

Um traço fundamental do compromisso de 1516 é a inscrição dos elementos doutrinários das Misericórdias, que desaparecem no segundo compromisso, as catorze obras de misericórdia.

<i>As sete obras espirituais são:</i> <i>1ª: ensinar os simples;</i> <i>2ª: dar bom conselho a quem o pede;</i> <i>3ª: castigar com caridade os que erram;</i> <i>4ª: consolar os tristes desconsolados;</i> <i>5ª: perdoar a quem nos errou;</i> <i>6ª: sofrer as injúrias com paciência;</i> <i>7ª: rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos.</i>	<i>As sete obras corporais são:</i> <i>1ª: remir cativos e visitar os presos;</i> <i>2ª: curar os enfermos;</i> <i>3ª: cobrir os nus;</i> <i>4ª: dar de comer aos famintos;</i> <i>5ª: dar de beber aos que têm sede;</i> <i>6ª: dar de pousada aos peregrinos;</i> <i>7ª: enterrar os mortos.</i> ⁴⁵
---	---

No primeiro compromisso existe um maior sentido da espiritualidade, com a enunciação das obras de misericórdia, ao passo que no segundo e terceiro ganha expressão a vertente burocrática da Misericórdia, com a definição das obras de assistência e a organização efetiva dos serviços a que cada irmão era obrigado.

Observa-se uma complexificação das regras impostas aos irmãos mas também dos próprios serviços que a confraria ministrava. Como exemplos, veja-se que no compromisso de 1516, serviam-se apenas doentes presos e pobres envergonhados, ainda mencionando noutro capítulo o acompanhamento dos condenados da justiça. Já o compromisso de 1577, vai aumentar o leque de beneficiários da misericórdia, incluindo

⁴⁴ Idem *Ibidem* pág. 90-91

⁴⁵ FONTE, Teodoro Afonso da, *As Misericórdias do Alto Minho - perspectiva Histórica e actualidade*, in *I Congresso das Misericórdias do Alto Minho*, Viana do Castelo, 2001, pág. 100

a administração do hospital, de dotes a órfãs, e contribuição para o resgate de cativos e assistência a crianças desamparadas, referindo também uma botica que podia ser pertença da irmandade. O compromisso de 1618 vai manter estes serviços, acrescentando um mordomo para tratar os negócios respeitantes às cartas que chegavam da Índia, referindo ainda um recolhimento de donzelas, o Hospital de Nossa Senhora do Amparo e a administração do Hospital de Todos os Santos. Os aspetos de gestão de património passam também a ser melhor definidos no que diz respeito à aceitação de heranças e gestão de dinheiros.

O compromisso de 1577 vai trazer ao cimo uma sociedade com regras de exclusão de minorias (leia-se a distinção entre cristãos velhos e novos/judeus) cada vez mais rígidas, porque se em 1516 a confraria se destinava a todos os indivíduos batizados, agora impõe que se seja cristão velho, mediante apresentação de provas genealógicas.

Nos órgãos da irmandade o compromisso de 1618 vai trazer uma grande novidade, a criação de um conselho consultivo, que deliberaria em assuntos importantes da confraria, o Definitório ou Junta, constituído por dez a vinte irmãos eleitos anualmente, a que se podiam juntar um a dois teólogos, incluídos nesse número ou acrescentando-se a ele. Era um conselho de seniores qualificados com larga experiência nos assuntos da confraria e se possível tendo exercido o cargo de mesário e de instruções superior, preferencialmente doutores em leis ou cânones. A grande importância do Definitório é o facto de as alterações ao compromisso não poderem ser efetuadas sem a presença conjunta de mesários e definidores. O compromisso referia dez situações em que o Definitório deveria ser chamado *receber, riscar ou readmitir irmãos; assumir compromissos que se prolongariam para além da vigência da Mesa em exercício; gastar dinheiro antes de este dar entrada nos cofres da confraria; emprestar ornamentos e prata da Casa; conceder sepulturas perpétuas na igreja da Misericórdia ou autorizar a colocação de lápides nestas; aceitar capelas e outras instituições; vender ou trocar rendas da irmandade; fazer transacções sobre heranças ou dívidas pertencentes a irmandade; alterar decisões registadas nas actas das Mesas; tomar decisões contra o regimento da Casa das Donzela.*⁴⁶

⁴⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães e *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal* - Lisboa: Livros Horizonte, 2001 pág.73

3.4. Composição Social e Recrutamento

Há que ter em atenção que as Misericórdias portuguesas, no período moderno, não têm o *carácter cívico das confrarias que encontramos no Renascimento italiano, destinadas a agregar e educar nas virtudes familiares e políticas adolescentes e jovens do sexo masculino*⁴⁷. No entanto, são carateristicamente irmandades de homens para homens, mas vejamos melhor a sua composição social.

Os compromissos, vão estipular uma série de condições de admissão, entre as quais a moral do candidato, saber ler e escrever e possuir tempo livre para se dedicarem aos afazeres próprios da irmandade. Nos casos dos artesãos, deviam possuir oficina própria e portanto deter a categoria de mestre. Ficava excluída uma grande massa de iletrados e assalariados, afastando assim indivíduos mais pobres ou menos influentes, observando-se portanto o carácter elitista das Misericórdias, tanto mais quanto se tratasse de locais com poucos recrutáveis com as condições exigidas, o que justifica uma rotatividade entre cargos da câmara e os da Misericórdia.

As Misericórdia eram irmandades destinadas às elites, assim sendo o número de irmãos tinha de ser obviamente limitado, uma vez que não poderiam ter o mesmo papel político, se não operassem discriminação no seio das comunidades. Desta forma *o número reduzido de irmãos surge como um processo de construção histórica: a uma tendência inicial em admitir um numero crescente de membros seguem se instruções da coroa no sentido de limitar o numero de irmãos por Misericórdias*.⁴⁸

Por outro lado, os compromissos estipulavam regras de admissão distintas entre irmãos maiores, que seriam nobres, e irmãos menores, que seriam mestres artesãos e mercadores. Nos lugares mais pequenos, em que a base de recrutamento dos irmãos era mais estreita é possível que o nível de exigência em relação à ocupação e à categoria sócio profissional dos membros fosse mais baixa, admitindo-se irmãos menores artesãos e ainda no nível de oficiais, pescadores e até lavradores não proprietários. Por outro lado, uma forma de conferir prestígio à instituição era a reserva de uma quota para letrados, necessários para defender, do ponto de vista legal, os seus interesses.

⁴⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães e *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800* - Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 pág. 95

⁴⁸ Idem *Ibidem* pág. 99

As situações dentro destas irmandades nem sempre eram pacíficas, havendo querelas públicas e privadas que se exprimiam no seu interior, como por exemplo, casos de negligência face aos deveres e obrigações desrespeitadas pelos irmãos, que levavam mesmo à expulsão daqueles que provocavam escândalo público. Os irmãos expulsos recebiam então a designação de “riscado” uma vez que os seus registos nos livros eram literalmente riscados, embora pudessem vir a ser integrados, novamente, a pedido dos próprios.

Em termos de exercício e representação de poder públicos, em alguns locais o poder municipal e os vereadores da câmara coincidiam com os que exerciam cargos de mesários da Misericórdia. Noutros casos surge a presença de elementos do cabido episcopal em lugares chave da direção da irmandade. Existiam, no entanto, e de forma a não haver sobreposição de cargos, regras que isentavam os irmãos da Mesa dos cargos concelhios, permitindo rotatividade, ou seja, *quando a base de recrutamento da câmara e da Misericórdia era a mesma não se verificava uma acumulação mas sim uma alternância entre o cargo de vereador e o de Mesário.*⁴⁹

Quanto à questão da exclusão da composição das irmandades de indivíduos de sangue judeu, mouro ou de qualquer outra raça, Isabel dos Guimarães e Sá⁵⁰ esclarece que tal só foi previsto no compromisso de 1577, como se viu atrás, embora o de 1566 obrigasse a receber a água do baptismo. No entanto, tratou-se de um processo de alguma transição e adaptação, porque chegou-se a permitir que os judeus continuassem a fazer parte da irmandade desde que não fossem eleitos para cargos, até que gradualmente foi proibida a sua admissão.

O artigo *As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno*⁵¹ clarifica que embora inicialmente fosse permitida a presença das mulheres como confradas ou irmãs, no período que antecede a divulgação do compromisso de 1577, foi-lhes gradualmente retirado esse privilégio, sendo remetidas à situação de filhas e viúvas de irmãos com direito ao enterro, isto é se entretanto não tivessem casado novamente com um homem que não fosse irmão da irmandade.

⁴⁹ Idem *Ibidem* pág. 101

⁵⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães e *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal* - Lisboa: Livros Horizonte, 2001 pág.43

⁵¹ SÁ, Isabel dos Guimarães e *As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno*, Universidade do Minho. Centro de Ciências Históricas e Sociais in *Cadernos do Noroeste. Série História* 2001

3.5. Corpos Diretivos e Funcionamento das Chefias

A obra *Quando o rico se faz pobre Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*⁵², esclarece que, de forma geral, as Misericórdias eram dirigidas por um subgrupo de treze irmãos, que reunia todas as quartas ou quintas e domingos formando a Mesa. Presidia à Mesa a figura principal da autoridade dentro da Misericórdia, o Provedor. A segunda figura em importância era o escrivão, sendo os restantes o de Tesoureiro, responsável por toda a escrita que envolvesse receitas e despesas, apresentando as contas em Mesa, o Mordomo da Capela, encarregado de organizar as missas na capela, bem como zelar pelas alfaias de culto e o Mordomo da Bolsa, próximo do tesoureiro, provavelmente anterior a este e com as mesmas atribuições.

Os dois lugares principais, o de Provedor e Escrivão, eram logicamente entregues a irmãos nobres e a membros do clero entre eles. Os irmãos estavam em proporção de 6 contra 7 desta forma ficava salvaguardada a maioria dos irmãos nobres, caso fosse preciso formar bloco.

Os Compromissos variam na enunciação dos cargos dos mesários mas no entanto mantiveram-se as seguintes regras: **1 provedor + 1 escrivão + 11 mesários** sendo destes 11 que eram recrutados os outros cargos da Misericórdia, sendo que o provedor era um irmão nobre e os outros seriam 6 nobres e 6 oficiais mecânicos. O processo de eleição era o seguinte: a irmandade reunia em bloco e elegia 10 eleitores, 5 nobres e 5 mecânicos, que, aos pares, 1 nobre e 1 oficial, faziam uma lista com os nomes dos mesários, designando expressamente o provedor. Essas cinco listas eram então abertas pela mesa do ano anterior que contava os votos.

Os membros da Mesa eram assim eleitos por sufrágio indireto, já que a irmandade escolhia um corpo de eleitores entre irmãos nobres e não nobres e que posteriormente elegia os irmãos da Mesa.

A eleição dos definidores era feita no dia de São Lourenço à tarde, dia 10 de Agosto, ficando os 20 definidores eleitos em exercício durante um ano completo. O processo eleitoral não é, no entanto, descrito no compromisso, mas sabemos que a

⁵² SÁ, Isabel dos Guimarães e *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800* - Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 pág.103

irmandade se deveria juntar novamente em peso para eleição, mas ignoramos se o processo eleitoral se repetia por eleição indireta.

3.6. Da Crise do Século XVIII até à Atualidade

Isabel dos Guimarães Sá, afirma na sua obra *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*⁵³, que apesar da sua influência inicial, as Misericórdias sofrem uma quebra da sua importância a partir de meados do século XVIII, devido a dificuldades internas sucessivas, com fraudes eleitorais e consequente desprestígio dos irmãos, mas também com um grande problema de recrutamento. Se, anteriormente, todos os irmãos queriam o lugar de Provedor, e por isso se originavam fraudes, de forma a manter a supremacia de um grupo, nesta altura observa-se dificuldade em encontrar alguém que se dispusesse a assumir o cargo. Ora, doravante, ser Provedor significava, acima de tudo, a gestão de dívidas e créditos malparados. A questão da má gestão e das dívidas acumuladas é em parte culpa dos próprios membros, que sendo responsáveis pela guarda dos fundos, os usavam para benefício próprio ou para benefício da sua rede social.

Assim, esta situação criou um grande descrédito destas instituições, pelas suspeitas de corrupção e dificuldades económicas. Além dessas questões, conta-se a acumulação de obrigações de missa por alma de benfeitores *ad aeternum*, sem rendas compatíveis, o que implicava uma despesa demasiado grande para as Misericórdias suportarem, perante a obrigação de pagamentos bastante regulares aos capelães, o que levou à redução do seu número, com o apoio papal.

Acresceu ainda uma crescente concorrência por parte das ordens terceiras, nas áreas anteriormente de exclusividade das Misericórdias, seja em hospitais seja no apoio aos mais desfavorecidos.

Também o governo do Marquês de Pombal veio quebrar *uma tradição de diálogo entre a monarquia e as Misericórdias*⁵⁴, assim com a alteração das leis sucessórias, limitaram-se as parcelas de bens disponíveis para bens de alma. Por outro lado, as capelas instituídas por famílias, entretanto extintas à data da lei, reverteram a

⁵³ Idem, *Ibidem* pág. 84

⁵⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães e *Misericórdias* in Dicionário de História Religiosa de Portugal dir. Carlos Moreira Azevedo, Circulo de Leitores, pág. 202

favor da Coroa, sendo vendidas em hasta pública, além do fato de os rendimentos destas instituições serem objeto de cobrança da décima. A construção de Hospitais Militares independentes das Misericórdias também influenciou a queda destas receitas.

A partir do Liberalismo, instaurado na primeira metade da década de 1830, ou mesmo do Regime Republicano, criado em 1910, as Misericórdias viveram alguns altos e baixos, com uma cada vez maior diminuição da sua importância social, sobretudo alvo de muita contestação ideológica. Pedro Penteadó salienta o impacto em termos de perda de património das Misericórdias com a *lei de desamortização de 22 de Junho de 1866, através da qual o Estado mandou vender os bens que lhes pertenciam, bem como os dos recolhimentos, hospitais e outras instituições, obrigando à aplicação do seu produto em títulos de dívida pública ou papéis de crédito.*⁵⁵

Contudo, ainda no início do século XX, grande parte do sistema de assistência continuava a assentar nos hospitais, recolhimentos, asilos e outros serviços criados pelas Misericórdias, que se tinham difundido pela maior parte dos concelhos do país, o que assegurava assistência a uma parte considerável da população mais carenciada.

Embora as políticas republicanas reconhecessem a *autonomia administrativa das misericórdias como organismos beneficentes de carácter privado sob fiscalização do Estado*⁵⁶, na realidade estas medidas não trouxeram melhorias significativas à vida das Misericórdias. Tornou-as, acima de tudo, dependentes face aos subsídios estatais. No entanto, é de salientar que esta situação em que as Misericórdias se tornaram instituições concelhias de assistência oficial, estimulou e possibilitou a diversificação de áreas de atuação, já que poderiam aderir aos financiamentos públicos.

Assim, e durante o Estado Novo, continuaram a dar apoio aos mais desfavorecidos, quer nos seus hospitais quer nas diversas valências de idosos e na proteção há infância.

É no após 25 de Abril de 1974, que dois diplomas legais retiraram a administração dos hospitais às Misericórdias, obrigando-as a reverem o seu campo de atuação social e a reorientarem-se para novas formas de apoio às comunidades onde se inseriam, já que estes decretos anunciavam o seu desaparecimento nos casos em que,

⁵⁵ PENTEADO, Pedro *A Documentação Acumulada nas Confrarias e Misericórdias de Portugal: Problemas e Soluções* Dialnet.unirioja.es 2002 pág. 465

⁵⁶ Idem, *Ibidem* pág. 465

após este processo, se observasse que deixavam *de manter qualquer estabelecimento ou actividade integrada na política social aprovada pelo Governo*.⁵⁷

De forma a combater a nova conjuntura política, foi criada a União das Misericórdias Portuguesas, após o V Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas em 1976, esta união permitiu agrupar quase todas as Misericórdias do país formando um grupo com a mesma vontade de revisão do corpo legislativo que afectava a vida destas instituições. Esta revisão foi conseguida através de dois decretos de lei que permitiram a definição do *estatuto das instituições particulares de solidariedade social, no qual as misericórdias se poderiam inserir, conseguindo financiamentos públicos para projectos assistenciais, reduzindo as formas de tutela estatal sob a sua actividade administrativa*.⁵⁸

Existem atualmente, 384 Misericórdias ativas no continente e ilhas, que se empenham nas valências de auxílio aos idosos e/ou a crianças, além da participação de programas governamentais de combate à pobreza e à exclusão social, assim como na crescente valorização ao seu património cultural, com a criação de arquivos e museus, fomentando a sua divulgação.

⁵⁷ Idem *Ibidem* pág. 466

⁵⁸ Idem *Ibidem* pág. 466

IV. A Santa Casa da Misericórdia de Barcelos

A Misericórdia de Barcelos insere-se na rede de Misericórdias surgidas sob proteção régia, grandes protagonistas da caridade em Portugal, regendo-se por valores uniformes e por regras semelhantes num vasto território (Compromissos) ⁵⁹.

No entanto cada instituição tem a sua própria realidade, veremos de seguida, como a SCMB direcionou a aplicação dos conceitos de obras de Misericórdia, já mencionadas anteriormente, e que originaram um vasto leque de atuação das irmandades. Tal foi bastante visível na SCMB, podemos, de forma breve, referir que esta instituição orientou-se nas seguintes atividades de assistência: a espiritual e religiosa, a hospitalar, a prisional, a atribuição de dotes de casamento e ainda de esmolas, assim como, mais recentemente, as de ordem cultural.

4.1. A Assistência em Barcelos

A História da Misericórdia de Barcelos insere-se na História geral das Misericórdias Portuguesas, e por conseguinte compreende-se que anteriormente à criação da Misericórdia existiram dois “Hospitais” em Barcelos: a Gafaria ou Hospital de Lázarus e o Hospital do Espírito Santo.

A Gafaria⁶⁰ era destinada ao isolamento de leprosos, sendo como todos os estabelecimentos do género situada fora da cidade, junto ao Rio Cávado, no lugar da Ordem, que ficava na estrada que ia da Fonte de Baixo vai para Casal de Nil, junto à Ermida de Santo André.

Quanto à data da sua fundação, parece ter-se perdido tal informação, pela destruição dos seus documentos de fundação e dos instituidores iniciais, possivelmente devido a um fogo que decorreu nos Paços do Concelho nos finais do século XV, embora exista um documento do Arquivo da Colegiada de Barcelos em que se menciona que em 1356 este estabelecimento já existiria, no entanto em 1498 aquando da organização do

⁵⁹ SÁ, Isabel dos Guimarães *A Estruturação Institucional Das Misericórdias Em Portugal E No Seu Império* in “As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal” coord. Isabel Cluny e Nuno G. Monteiro Coleção Temas de História de Portugal Livros Horizonte 2001

⁶⁰ FERRAZ, António Miguel da Costa Almeida, *Apontamentos para a História de Barcelos*, Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2013 pág. 32

respetivo Tombo de todos os bens de raiz e propriedades, já esta instituição se encontrava abandonada⁶¹.

No que toca ao edificio da Gafaria aparece retratado da seguinte forma:

Item primeiramente hum acento de Cazas da dita Ordem, a saber hua Caza d'adega com seu Alpendre e hum Oratorio apartado com grades sobre si, e a dita caza d'adega he de cumprido nove varas e meia, e d'ancho cinco varas e quarta

Item d'outra parte hua renga de Cazas para os Lazaros que sam seis Cazas repartidas, e diante das ditas Cazas està hum Alpendre tilhado, e todo o dito acento he cercado de paredes e de grades de pào todo bem corregido, e a dita renga das Cazas sam de cumprido dezanove varas, e d'ancho tres varas e tres quartas

Item d'outra parte contra aguiãõ emfronte do dito acento hua Caza sobradada feita de novo toda de paredes atè o tilhado, e de cumprido sete varas, e de ancho quatro varas.

Item outra Caza terreira telha pegada na sobredita em que està o lagar com hua porta que sàe para a vinha, e outro portal sàe para a rua he de cumprido cinco varas e seima, e d'ancho quatro varas

Os excertos apresentados provêm do Tombo Primeiro da Gafaria ordenado pelo rei D. Manuel em 1498, a Diogo Borges, Juiz e Contador dos Resíduos, Capelas, Hospitais, Gafarias e Confrarias de Entre Douro e Minho, para que procedesse à organização do respetivo Tombo.

Quanto às restantes propriedades *na vila, **intra-muros** possui também algumas moradas de casas, sendo duas na rua de Cima de Vila, e uma em cada uma das seguintes ruas: Direita, da Certã, Triparia, Fundo da Vila, Sabugal, Mercadores; e **intra-muros**, uma outra na porta do Vale. No concelho eram muitos os foros e propriedades que tinha, sendo os principais nas freguesias de S. Pedro de Vila Frescainha, Creixomil, Carapeços, Facha, S. Fins de Tamel, Gilmonde, Gemeses, Fão, S. João de Villa Boa, Lijó, Santa Leocádia do Neiva, Marinhas, S. Martinho de Vila Meão, S. Martinho de Alvito, Santa Maria de Abade de Neiva, Palmeira de Faro,*

⁶¹ ROMÃO, Ramiro Manuel Batista Teixeira, O Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos do século XVI ao século XIX alguns aspectos relevantes in COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES DA ELEVAÇÃO DE BARCELOS A CONDADO Coord. *Barcelos Terra Condal: Congresso Histórico e Cultural* Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1999.pág.234

*Adães, Belinho, Perelhal, Quintiães, Salvador do Campo, Minhotães, Cossourado, Santiago do Couto, Santiago de Moldes e Vila Cova.*⁶²

O Hospital do Espírito Santo, situava-se junto ao eixo urbano, na Rua de Santa Maria. Ao contrário da Gafaria, que se limitava a receber os leprosos, este Hospital destinava-se a acolher os outros doentes pobres e também peregrinos.

O edifício estendia-se pela *maior parte do lado oriental da rua de Santa Maria, confinando pelo norte com as casas de Martim Pires, almocreve, residente em Braga, pelo sul com os paços do Concelho e pelo nascente com a cerca do mesmo hospital.*⁶³

Tal como acontece com a Gafaria, da época de fundação deste Hospital nada se sabe. No entanto a informação que perdurou refere-se principalmente às rendas e à sua aplicação em primeiro lugar na realização das missas, em nome do instituidor, e só depois para vestir e tratar os doentes.

Quanto ao edifício do Hospital apresenta-se tal como os hospitais da época, de dimensões reduzidas:

A Caza do Hospital cituada na dita villa na Rua de Santa Maria (...) tem hum alpendre cercado de hum peitoril com cinco esteios de pedra labrados, madeirado e tilhado de novo, (...) de cumprimento seis varas e meia, e d'ancho hua vara e seima, e a dita Caza he de cumprimento nove varas e meia, e d'ancho nove varas, (...) armada de dentro em quatro esteios, a saber dous de pedra labrados, e dous esteios de pao, em os quais esteios estam armadas quatro Camaras sobradadas (...) repartidas por taipas, e com portas de taboado novas com suas fichaduras, e as ditas Camaras são de cumprimento nove varas (...) e d'ancho em cada parte onde estão as ditas Camaras tres varas menos oitavae a dita caza he armada e madeirada quazi de novo, (...) descontra o levante dentro na dita Caza està hum altar Fichado, e cercado com suas grades todo novo da invocação do Santo Espirito com seu guardapò todo novo (...) contra o levante [tem] um quintal para que sae a dita Caza com seu alpendre pegado na parede da dita Caza armado em três esteios de pao tilhado e madeirado quase novo, e he de cumprimento dês varas e meia, e d'ancho duas varas e seima, e o dito quintal he de cumprimento honze varas, e em ancho cinco varas e meia.

⁶² FERRAZ, António Miguel da Costa Almeida, *Apontamentos para a História de Barcelos*, Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2013 pág. 35

⁶³ *Idem Ibidem*, pág. 36

O excerto aqui apresentado provém do Tombo do Hospital, ordenado pelo rei D. Manuel em 1499, a Diogo Borges, Juiz e Contador dos Resíduos, Capelas, Hospitais, Gafarias e Confrarias de Entre Douro e Minho, para que procedesse à organização do respetivo Tombo, após a realização do Tombo da Gafaria

No que toca às restantes propriedades do Hospital, sabe-se que possuía *duas moradas de casas, na Praça; outra morada por detrás da casa que servia de sinagoga aos judeus; outra fora da Porta do Valle; três na rua de Santa Maria, e uma na Judiaria. Em Barcelinhos:- um cordinhal de vinha e deveza, junto da fonte de D. Sancho; outro por detrás da capela de Nossa Senhora da Ponte, e, no nascente desta, um outro, hoje campo da Albergaria. No conselho tinha propriedades nas freguesias de Creixomil e S. Paio de Carvalhal.*⁶⁴

4.2. A Fundação da SCMB

Na obra *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*⁶⁵ Eugénio de Cunha e Freitas escreveu que a instituição da SCMB se deu em Abril ou Maio de 1518, e que na sua primeira mesa terá tido como Provedor o Dr. Pedro Nogueira, capitão do terço de serviço de D. Fernando I, 9º Conde de Barcelos. Já Costa Goodolphim⁶⁶ antecipa para 1512, e que, embora não haja documentação que o prove, recua ainda à data de criação de 1500, que é mencionada pela SCMB como a sua data de fundação.

Sobre a Misericórdia de Barcelos Costa Goodolphim, na obra *As Misericórdias*, faz uma referência àquilo que é conhecido sobre a instituição, *poucos documentos existem para a história d'esta Misericórdia, não se podendo determinar rigorosamente a data da sua fundação. Uma portaria de D. Manuel de 12 de Março de 1521, determinando a extinção de um hospital de lázaros, manda entregar as suas rendas à Misericórdia.*⁶⁷

Surge aqui um problema de datação, já que na transcrição feita por Ramiro Romão do documento mencionado, a data atribuída é de 1520. Vejamos:

⁶⁴ Idem *Ibidem*, pág. 37

⁶⁵ FREITAS, Eugénio da Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, Santa Casa da Misericórdia (Edifício Primitivo) in *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Braga, A.P.P.A.C.D.M. Distrital de Braga, 1998

⁶⁶ GOODOLFIM, Costa, *As Misericórdias* 2a ed Lisboa: Livros Horizonte, 1998 pág.111

⁶⁷ Idem *Ibidem* pág.111/112

Dom Manoel por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhor da Guiné e da Conquista Navegação Comercio da Ethiopia Arabia Percia e da India. Aquantos esta nossa Carta virem, fazemos saber que os Juizes Veriadores Procurador, e homens bons da Villa de Barcellos nos emviaraõ dizer que na dita villa estava per nosso mandado instituida e Ordenada Confraria da Mizericordia, a qual pelo Provedor e Officiaes hera ahi bem regida e governada que os pobres e emfermos recebiam toda a Caridade e Consolação que se lhes devia fazer, porem que por as Esmolas, e Renda que tinha ser muito pouca, nem podiam abranger a cumprirem todas as obras da dita Mizericordia, nem a muita parte dellas, e que na dita villa havia hua gafaria que havia muitos annos que nam tinha nenhum doente, e as rendas della andavam em maons de Recebedores e Pessoas que as gastavaõ, e assim estava hum hospital de que a dita Confraria tinha cargo que tinha também algua renda, e que se todo fosse junto a dita Confraria teria mais pocibilidade para fazer cumprir o que sam obrigados que nos pediam ouvessemos por bem de juntar as rendas dos ditos Hospital, e Gafaria à dita Confraria da dita Mizericordia; e visto seu requerimento, sabendo nós como por os Officiaes das Confrarias da dita Mizericordia que em nosso Reyno ha se cumprem as ditas obras de Mizericordia bem e como devem e sua pocibilidade pode abranger, e como por as ditas obras serem tam acceitas ante nosso Senhor que segundo he escrito na Escritura digo he escrito na Sagrada Escritura por ellas principalmente no dia do Juizo nos hade tomar conta he razaõ que a dita Confraria seja de nós ajudada com toda a esmolla e favor que justamente se lhes poçamos dar para alem de terem mais renda com que as poçaõ cumprir vendo que com nosso favor saõ ajudadas lhes cresça mais a vontade para o fazerem com todo o Serviço de nosso Senhor nos pràs disso, e por esta nossa Carta anexamos e juntamos as rendas, e Caza da dita Gafaria, e assim do dito Hospital da Villa de Barcellos à dita Confraria da dita Mizericordia, e lhe damos ao Provedor e Officiaes da dita Confraria toda a admenistração dos bens e Eranças da dita Gafaria, e Hospital, assim e como os atè qui tiveram os Officiaes e admenistradores que nas ditas Cazas foram assim para aforarem os bens e Eranças dellas, como recolherem e arecadarem suas rendas, e fazerem todo o mais que ellas cumprir no qual aforar guardaram o Regimento que àcerca disso temos feito, e dado ao Juis Contador dos Reziduos da dita Comarca, e porem o Provedor e Officiaes da dita Confraria cumpraõ todos os emcargos com que

as ditas Cazas asim da Gafaria como Hospital, forem instituidas por as Pessoas que as ordenarem, ou que alguns bens e Eranças lhes deicharam asim e tam inteiramente como em seus Compromiços e instituioems for declarado, as quais, ou traslados delas delles em publico a dita Mizericordia terà com o Tombo de suas Eranças bem guardado e declarado para se a todo o tempo ver e saber a obrigação que tem e as Eranças que lhes deicharam, e o dito Juis dos Reziduos lhes tomará contas se cumprem os ditos encargos, e asim se aforam as ditas Eranças como devem, e levarà disso seu premio e sallario ordenado, e do mais do sobejo lhes não tomarà conta, e o despenderam os ditos Provedores, e Officiaes, segundo o seu compromisso nas ditas obras de Mizericordia, e porem mandamos ao dito Provedor dos Reziduos, Hospitaes, e Capellas, e Gafarias da dita Comarca, e aos Juises e Officiaes da dita villa de Barcellos a que pertencer, e esta nossa Carta for mostrada, que logo meta em posse das ditas Cazas da dita Gafaria e Hospital a dita Confraria da dita Mizericordia, e dos bens e Eranças dellas, e dahi em diante lhes deichem admenistrar como devem e tomem a conta das rendas da dita Confraria digo a dita Gafaria; e Hospital tiverem rendido, e o que acharem que devem as Pessoas que as receberam fação arecadar e entregar à dita Mizericordia, e em todo se cumprirà esta nossa Carta, como nella se contém, por quanto o confirmo asim, por mais serviço de nosso Senhor, e bem das almas dos finados, que as ditas Cazas instituhiram o havemos asim por bem por fazer mos esmolla à dita Confraria. Dada em nossa cidade de Evora aos doze dias do mes de Mayo, Cosme Rodrigues a fês anno do nascimento de nosso Senhor JEZUS Christo de mil quinhentos e vinte = EL REY =⁶⁸

Digamos que pelo menos cerca de 1520, a irmandade e os vereadores e juiz da câmara de Barcelos solicitam à Coroa a afectação dos bens da Gafaria e do Hospital à Misericórdia, e obtiveram a sua aprovação.

O que se pode afirma acima de tudo é que a Misericórdia tem inicialmente sede na Capela de Santa Maria, próxima ao antigo Hospital do Espírito Santo, hospital municipal que fica *encarregada da administração dos bens e encargos deste hospital local...*⁶⁹, em sequência da provisão de D. Manuel acima já referida.

⁶⁸ RAMIRO, Romão, <http://www.scmb.maisbarcelos.pt/?vpath=/historia/historia2/>

⁶⁹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de *Barcelos* Editorial Presença, Lisboa, 1990, pág.20

A SMCB sempre mereceu dos poderes régios vários privilégios⁷⁰, que lhe permitiram cimentar a sua existência. São de destacar os seguintes: em 1561, os seus administradores são isentos do pagamento dos dez reis de Ceuta; em 1591, são isentos de todos os cargos do Concelho por alvará do Duque D. Teodósio II; por alvará do Rei D. Filipe I de 1591, passa a deter os mesmos privilégios que a Misericórdia de Lisboa; e no reinado de D. Filipe II, agrega o privilégio de não interferência nas suas contas por parte dos provedores da comarca; no reinado de D. João IV, todas as dívidas à instituição passam a poder ser cobradas executivamente como acontecia com as dívidas à Casa Real, D. João V, além dos privilégios já mencionados permite ainda que o Ouvidor de Barcelos seja juiz de todos os pleitos da SCMB, com escrivão privativo e escolhido entre os tabeliães da comarca; por fim a SCMB deteve ainda o privilégio de ter mamposteiros em todas as freguesias do concelho.

A existência da SCMB esteve sempre muito ligada ao seu Hospital⁷¹, prestando aí cuidados a doentes pobres, mas também albergando peregrinos de passagem pela vila. Sendo que só eram admitidos a tratamento doentes que não tivessem doença incurável, prolongada ou contagiosa, para que não demorassem no hospital, aumentando a despesa da instituição, ou contagiando os outros doentes.

Outra das prioridades expressas na assistência das Misericórdias, era o apoio aos presos, já que a reclusão era até ao século XIX, apenas um dos passos do processo judicial, os presos aguardavam, na cadeia, que se desse fim ao seu processo, sendo que a SCMB os socorria com assistência médica, alimentos, roupa e, principalmente, admitindo-os no "rol da casa"⁷², sendo o seu caso conduzido pelo procurador da Santa Casa, que tinha precedência sobre todos os outros, e que procurava acelerar o seu processo, de forma a reduzir assim os encargos da Misericórdia.

É bastante visível na SCMB a crescente preocupação com a "honra" feminina, o que levou a que vários instituidores tivessem concedido dotes, a atribuir a jovens,

⁷⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS *Boletim Comemorativo das Inaugurações dos Lar Rainha D. Leonor e Infantário Rainha Santa Isabel*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1985.pág. 34 a 37

⁷¹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso do Governo do Hospital da Santa e Real Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1716, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P4/C3/9

⁷² SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Livro das emleijois e acordos da confraria da Santa [...]*, 2 de Dezembro de 1584 a 3 de Julho de 1627, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P5/C18/63

aquando do seu casamento ou da sua entrada para um convento ou recolhimento de donzelas. Para esse efeito a instituição anunciava a distribuição de dotes, por editais, selecionando as candidatas, nalguns casos, pelo parentesco ao instituidor, noutros casos apenas pelo seu grau de pobreza.

A SCMB tratava ainda do enterramento e serviço fúnebres, tanto dos doentes pobres que percessem no seu Hospital ou Asilo, como dos presos que se encontrassem a seu cargo.

A partir do século XVI, a Misericórdia de Barcelos foi lentamente ocupando o espaço em torno dos Paços do Concelho ... *annos depois mudaram a igreja para a praça, sendo lançada a primeira pedra em 1593, onde hoje esta a câmara municipal*⁷³.

Em 1593 é então iniciada a construção da nova igreja com fachada para a Praça, onde se encontra hoje o salão nobre dos Paços do Concelho *conforme nos recorda uma inscrição, conservada no Museu Arqueológico local, foi acabada em 1595*.⁷⁴ Aí se realizavam as missas de obrigação da casa, dos legados aceites e dos enterros, e também as cerimónias e reuniões formais da irmandade.

Por testamento ou legado, eram instituídas capelas na Igreja da Misericórdia, em que a irmandade, recebendo bens, agregava em troca a obrigação perpétua de celebrar o número estipulado de missas por alma.

Segundo o Abade do Louro⁷⁵, *esta igreja era de bastante grandeza com sua capela-mor, na qual se venerava o S.mo Sacramento e S.ta Gertrudes Magna com sua irmandade, instituída por José d'Almeida Bezerra, da casa de Preiró...*⁷⁶ existiam ainda mais dois altares laterais, o de Ecce Homo e o da Nossa Senhora da Conceição, abaixo destes altares estariam ainda mais duas capelas uma do Morgado de Vila Cova, instituído por António de Faria Mariz e D. Brites de Andrade em 1575 e outro do morgado da Agrela instituído por Manuel de Faria Barreto irmão da SCMB e senhor da Barreta, sendo que estas duas capelas passaram posteriormente a pertencer aos Cunhas Souto-Maior de Viana do Castelo, e que seriam depois representados pelos Senhores da Casa de Belinho, descendentes diretos.

⁷³ GOODOLFIM, Costa, *As Misericórdias* 2a ed Lisboa: Livros Horizonte, 1998 pág.111/112

⁷⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de *Barcelos* Editorial Presença, Lisboa, 1990, pág.20

⁷⁵ DOMINGOS, Joaquim Pereira, Abade de Louro, *Memória Histórica da Villa de Barcelos, Barcellinhos e Vila Nova de Famalicão*, Viana do Castelo, 1867

⁷⁶ FERRAZ, António Miguel da Costa Almeida, *Apontamentos para a História de Barcelos*, Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2013 pág.

Junto à Igreja, a Casa do Despacho era a sede administrativa da Misericórdia, onde se reunia a Mesa, e onde se dirigiam aqueles que procuravam o auxílio da Santa Casa. Aí estavam guardados os documentos relativos a foros, rendas, sentenças, dívidas, etc., bem como os livros de registo da irmandade.

Ferreira de Almeida descreve que *percorrer os poucos livros de despesas que se conservam no Arquivo da Misericórdia, é depararmos com um sem número de desprotegidos, de forasteiros e de galegos a que urgia acudir ou enterrar. Ler a sua correspondência é ficarmos com a impressão de que esta instituição era um autêntico consulado e um centro de informações, dando notícias de herdeiros e descendentes de barcelenses dispersos pelo nosso mundo de expansão e recebendo notícias das irmandades congêneres de Goa, de Malaca e de outras terras do Brasil e de Portugal. Folhear os seus livros de receitas e capitais, é ficar com a noção de que ela era o grande montepio da época, emprestando dinheiro a juros a nobres, a agricultores e até a artistas, caso de Miguel Coelho, compreendendo nós, melhor, deste modo, a intensa actividade construída em paços, igrejas e casas, desde o último quartel do século XVII aos finais do século XVIII em toda esta região.*⁷⁷

O edifício primitivo⁷⁸ do início do século XVIII, de amplas dimensões era constituído por dois pisos, tendo sido posteriormente acrescentado, numa das partes superiores, um novo andar, e é de salientar que na esquina voltada ao largo do Apoio, entre as ruas da Misericórdia e de São Francisco, apresenta um brasão de ângulo, com as armas reais.

O edifício primitivo foi objeto de grandes obras de remodelação entre 1713 e 1716, *período entre o qual o rei autorizou a cobrança do real de água para as obras. Reedificou se então, quase totalmente, toda a parte do velho hospital e ampliaram-se muito as suas instalações para norte, ficando a ocupar todo o lado nascente da antiga rua de Santa Maria, agora dita da Misericórdia*⁷⁹. O Hospital foi sofrendo sucessivas ampliações até ao século XIX, estendendo-se até ao Largo do Apoio. Destas obras, resultou o edifício atual dos Paços do Concelho.

⁷⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de *Barcelos* Editorial Presença, Lisboa, 1990, pág.19/20

⁷⁸ FREITAS, Eugénio da Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, Santa Casa da Misericórdia (Edifício Primitivo) in *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Braga, A.P.P.A.C.D.M. Distrital de Braga, 1998

⁷⁹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de *Barcelos* Editorial Presença, Lisboa, 1990, pág.20

Em 1834 a Câmara Municipal intercedeu junto ao novo governo liberal de forma a viabilizar a cedência do Convento de S. Francisco para nele se instalar o Hospital da Misericórdia já que, segundo o pedido, o Hospital, que se encontrava no centro da vila, estava rodeado de casas e pelos Paços do Concelho, impedindo a expansão do estabelecimento. Assim, por portaria de 16 de Setembro de 1836, foi cedido o edifício e "cerca" do vago Convento do Capuchos, a nascente do Campo da Feira. Neste feliz resultado teve intervenção o Visconde de Leiria⁸⁰, José de Vasconcelos Bandeira e Lemos.

A transferência concretizou-se em 1838, incluindo a trasladação dos corpos depositados na Igreja junto aos Paços do Concelho, para o novo cemitério da SCMB. Os edifícios vacantes, incluindo a igreja, foram integrados, por acordo comum aos edifícios camarários, tendo sido a igreja dessacralizada em 1846.

Da igreja velha, demolida em 1869, encontram-se ainda vestígios do seu cruzeiro, após as demolições e reconstrução a sua fachada e o interior permitiu a ampliação dos Paços do Concelho, funcionado, atualmente, como Salão Nobre da Câmara.

O novo edifício⁸¹ forma atualmente um grande imóvel, formado por três corpos, ligados num alinhamento único a igreja encontra-se ao centro do edifício, ligando ao Asilo de Idosos que fica à esquerda, com o Hospital à direita, formando com a sua cerca murada todo esse lado do campo.

Da sua antiga forma atualmente pouco resta, mesmo a Igreja é já bastante diferente da inicial, já que sofreu alterações nos meados do século XVIII, e o seu interior sofreu um incêndio nos finais do século XIX⁸². Do claustro do convento e da conformação geral do primeiro piso, daquilo que era o convento, pouco ou nada resta.

Há que ter em conta que a partir destas datas os privilégios que outrora usufruíam desaparecem. Os benfeitores e os rendimentos dos legados, com as contínuas

⁸⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS *Boletim Comemorativo das Inaugurações dos Lar Rainha D. Leonor e Infântário Rainha Santa Isabel*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1985.pág.25

⁸¹ FREITAS, Eugénio da Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, Santa Casa da Misericórdia (Atual Edifício) in *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Braga, A.P.P.A.C.D.M. Distrital de Braga, 1998 pág.61

⁸² FERRAZ, António Miguel da Costa Almeida, *Apontamentos para a História de Barcelos*, Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2013 pág.373

desvalorizações da moeda, foram perdendo valor, tornando-se inferiores às obrigações instituídas pelos legatários.

No entanto, nas novas instalações, o espaço disponível foi aproveitado durante a segunda metade do século XIX para a construção, no topo norte, ou seja, lado esquerdo da Igreja, entre 1889 e 1890, do Asilo de Inválidos, que concretizou a intenção manifestada pela irmandade ao constituir o Fundo dos Entrevados, em 1818. Nos inícios do século XX, em 1909, procedeu-se à ampliação do número de enfermarias do Hospital.

Nos sucessivos compromissos, estatutos e regulamentos, as grandes linhas de caridade assistencial da SCMB tornam-se evidentes, assim temos a menção do Hospital, do Asilo de Inválidos e da possível criação do Albergue Noturno⁸³ junto ao Asilo de Inválidos, o qual serviria de acolhimento a qualquer pessoa necessitada, que excepcionalmente não tivesse onde pernoitar. É ainda de salientar o interesse da SCMB em expandir as suas ações abarcando a possível criação de uma Cozinha Económica⁸⁴, de forma a dar apoio aos mais desfavorecidos da vila e também a criação de uma Creche⁸⁵, dando assim apoio educacional às crianças de vila.

Desta forma, a SCMB pretendeu alargar a sua rede de apoio não só aos doentes e idosos mas também às gerações mais novas que se encontravam desprotegidas além de ter em conta o apoio às próprias famílias da vila.

Sob o governo do Provedor, Dr. Mário Miguel de Gândara Norton, durante os anos 50 do século XX, iniciou-se a construção do designado Bairro da Misericórdia, num total de 100 casas de diferentes tipologias de habitações sociais, e durante a presidência de Dr. Armando Pereira do Vale Miranda terminou-se a sua construção.

O grande bloco hospitalar⁸⁶, atualmente nas traseiras do edifício da SCMB, concluído em 1970, deve-se à vontade das várias Mesas Administrativas de atualizar os serviços médicos disponibilizados, tendo sido grandemente apoiado por doações de

⁸³ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, 20 de Maio de 1887, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/462

⁸⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1917, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P5/C33/842

⁸⁵ *Idem, Ibidem*

⁸⁶ FREITAS, Eugénio da Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, Santa Casa da Misericórdia (Atual Edifício) in *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Braga, A.P.P.A.C.D.M. Distrital de Braga, 1998 pág.67

benfeitores, como Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca, Miguel Gomes de Miranda, Dr. Duarte Nuno Lima Barroso e Horácio Barroso. Com a construção do novo bloco hospitalar e remodelação das antigas instalações e dos diversos serviços clínicos, o Hospital passou à categoria de Hospital Distrital, embora sem apoio estatal.

Com o 25 de Abril e as mudanças que se instalaram no país, a SCMB sofreu como todas as instituições congéneres, as tentativas de nacionalização do seu Hospital. No entanto, e ao contrário do que aconteceu em muitos casos, foi inicialmente estabelecida uma comissão de cogestão⁸⁷ na tentativa de manter a união entre o Hospital e a instituição. Tal solução durou somente um ano, após o qual a gestão do Hospital foi declinando, até que se concretizou a nacionalização do Hospital, ordenada por decreto de lei 704/74 de 7 de Dezembro, a SCMB foi finalmente obrigada a ceder ao Estado a exploração gratuita deste estabelecimento, situação que foi alterada em 1980, através de decreto de lei 14/80 de 26 de Fevereiro, que impôs o arrendamento do edifício Hospitalar ao Estado e o pagamento de uma indemnização por todo o recheio do edifício.

Reduzida ao Asilo de Inválidos a SCMB prosseguiu, após um decénio de confusão e indecisão, com novos projetos, principalmente na assistência e valência de infância e o apoio aos idosos. Assim entre 1985 e 1986 inaugurou o Infantário Rainha Santa Isabel e o Lar Rainha Dona Leonor.

Posteriormente, tem continuado a desenvolver uma grande rede de apoios à sociedade barcelense com a construção de várias infraestruturas de apoio, entre 1987 até 2003 foram inaugurados ou remodelados e reabertos: o Lar Nossa Senhora da Misericórdia, o Lar de Santo André, o Centro Social de Silveiros, o Centro Infantil de Barcelos, a Creche As Formiguinhas e por fim uma Clínica de Medicina Física e de Reabilitação. Abriu, ainda em 2012, uma Cantina Social para apoio a população desfavorecida, decorrendo neste momento também a construção da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Santo António.

⁸⁷ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, [...] *destina-se a nelle serem registados todos os assuntos tratados em reunião do Conselho de Co-gestão [...]*, 29 de Novembro de 1974 a 14 de Fevereiro de 1975, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P2/112

4.3. A Estrutura e Organização da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos

A Misericórdia de Lisboa, como já foi explicado, serviu como modelo para as suas congêneres, que foram surgindo posteriormente, sendo que também os seus sucessivos regulamentos, os Compromissos, serviram de base para a construção da SCMB⁸⁸, adaptando-o à sua realidade local sempre que necessário, através de acórdãos da Mesa, sem no entanto chegar ao ponto de redigir compromisso próprio durante algum tempo. Veremos de seguida como estes regulamentos evoluíram em conjunto com esta instituição.

Embora inicialmente se limite o número de irmãos para duzentos em 1797, a partir de 1887 o número passou a ser ilimitado. No entanto, continuará durante muito tempo a ser limitada a entrada para irmão efetivo a indivíduos do sexo masculino, sendo que deveriam ainda ser maiores de idade, com boa conduta moral, civil e religiosa.

A admissão para irmão da instituição teria de ser feita através de requerimento à Mesa Administrativa, sendo que caberia ao Provedor apresentar a petição na reunião de Mesa sucessiva, submetendo à discussão a validade da admissão e procedendo depois a votação para entrada e rejeição.

Durante a formação inicial da SCMB, tal como em tantas outras, em número proporcional de irmãos havia irmãos nobres e irmãos “plebios”⁸⁹, sendo que deveriam estar livres de trabalhar por suas mãos, e deveriam possuir bens de fortuna e título no caso dos nobres ou profissão que lhes garantisse o sustento, e no caso dos “plebios” terem tenda ou loja própria com empregados que os libertassem de trabalho manual.

Ao longo da evolução da SCMB estas questões foram-se diluindo, pelo que gradualmente passaram somente a existir irmãos efetivos. Surge, no entanto, em 1887⁹⁰, a criação de 2 novas classes de irmãos: os honorários e os beneméritos, sendo estes indivíduos de qualquer sexo ou condição, que de alguma forma tenham prestado

⁸⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1674, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P3/C1/468

⁸⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Livro das emleijois e acordos da confraria da Santa [...]*, 2 de Dezembro de 1584 a 3 de Julho de 1627, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P5/C18/63 fl. 1

⁹⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, 20 de Maio de 1887, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/462

relevantes serviços ou beneficiado, com donativos à Irmandade, observa-se assim uma maior abertura da SCMB.

Os irmãos efetivos têm o direito de fazer parte da assembleia geral, de votar e serem votados na eleição dos cargos da irmandade, de apresentar à mesa propostas tendo em contas os interesses da Santa Casa, ser preferidos na nomeação de empregos feita pela Mesa, tendo em conta as suas habilitações, recorrer das deliberações da Mesa ou da Assembleia, e serem tratados no Hospital e admitidos no Asilo. Por falecimento, serem conduzidos da casa mortuária pela Irmandade para o local onde forem depositados, o mesmo para as suas mulheres ou viúvas e filhos, e se solteiros, a vinte missas por sua alma e, se casados, a dez e as outras dez pela alma da sua mulher, caso não haja segundas núpcias.

É obrigação dos irmãos efetivos executar as disposições do compromisso, aceitar gratuitamente e com cuidado os cargos para que forem eleitos ou comissões para que sejam nomeados e comparecer aos atos oficiais e de culto, quando organizados pela Irmandade. Ao longo das transformações da SCMB passaram a ter a obrigação de fazer um pagamento imediato aquando da sua admissão, sendo ainda reforçada a questão de acompanhamento dos irmãos falecidos e demais pessoas, nos funerais de obrigação da instituição.

Embora descrito com algum pormenor, de compromisso em compromisso, de uma forma geral todos os irmãos seriam expulsos se recusassem a fazer algum serviço em nome da SCMB sem motivo justificado, ou por atos ou omissões irresponsáveis que causassem danos ou prejuízos à Misericórdia e, por fim, se a sua reputação moral e social pudesse causar danos à instituição.

A Irmandade tinha como dias de reunião o dia da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel, quando se realizavam as eleições, a Quinta-Feira Santa, dia da Procissão das Endoenças, e o Dia de Todos-os-Santos, dia da procissão dos condenados.

A estrutura da governação da Irmandade ficou, de forma geral estabelecida em 1887⁹¹, ficando assim a cargo da Assembleia Geral dos irmãos efetivos, da Mesa Administrativa e do Definitório.

A Assembleia Geral é a reunião, em sessão pública, da maioria absoluta dos irmãos efetivos, presidida pelo Provedor e tendo como secretário o da Mesa

⁹¹ *Idem, Ibidem*

Administrativa. Sendo um órgão deliberativo, é nesta assembleia que se discutem a maioria das questões respeitantes à Irmandade. Em 1917, foi criada a Mesa da Assembleia Geral, eleita trienalmente, constituída pelo Presidente da Assembleia Geral e por 2 Secretários.

A Assembleia Geral teria sessões ordinárias e extraordinárias. Estas serviriam no caso das ordinárias, para discutir e votar o parecer do Definitório sobre o relatório e contas da gerência do último ano e para proceder à eleição da respetiva Mesa, da Mesa Administrativa e do Definitório. As sessões extraordinárias, tomariam lugar quando a Mesa julgasse conveniente, ou quando tal fosse requerido por um grupo de irmãos, e em todas as ocasiões excepcionais que ocorressem.

O Definitório ou inicialmente designado de Junta de Definidores, constituído primitivamente por 5 irmãos nobres e 5 “plebios” passou, desde 1887⁹², a ser composta por 9 irmãos efetivos, inicialmente eleitos bienalmente e a partir de 1917⁹³ eleitos trienalmente. Sendo uma delegação de poderes da Irmandade, é um órgão consultivo e deliberativo. Como órgão consultivo, reúne-se conjuntamente com a Mesa, sob a presidência do Provedor. Como órgão deliberativo funciona em separado da mesa, sob a presidência de um dos vogais, servindo de secretário um outro que nomear, sendo sua responsabilidade emitir pareceres e coadjuvar a Mesa Administrativa em questões mais técnicas da Irmandade.

A Mesa que geria a SCMB, no início da sua formação em 1520 e até finais do século XIX, era constituída por 8 membros, sendo os cargos mais importantes o Provedor ao qual competia a completa supervisão da instituição e o Escrivão, segundo em lugar de importância na Misericórdia, sendo responsável pela casa do despacho da instituição. Os restantes cargos entregues aos irmãos da Mesa seriam, o Visitador, ao qual competia a fiscalização dos cuidados e limpeza no hospital, a assistência aos pobres e a recolha de informações sobre os pobres e presos assistidos, o Solicitador dos Presos, seria responsável pela ajuda prestada aos presos pobres pela Casa, conseguindo a sua libertação ou o envio rápido para o cumprimento da pena. O Mordomo da Capela, seria o irmão responsável pela celebração de todas as obrigações espirituais da instituição no que tocava às missas, enterros e outras celebrações religiosas,

⁹² *Idem, Ibidem*

⁹³ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1917, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P5/C33/842

supervisionando os capelães. Ao Arrecadador, competia recolher todas as rendas e demais dinheiros que pertencessem à Casa, enquanto o Tesoureiro era o responsável pelo registo nos livros de toda a receita e despesa que lhe eram transmitidas. Por fim, temos o Mordomo do Mês, que seria o responsável pela alimentação de todos os necessitados, sob a alçada da instituição.

A Mesa Administrativa, que irá permanecer de forma geral estável, ao longo da existência da SCMB, foi constituída em 1887, sendo composta por 15 irmãos eleitos bienalmente. Passou, a partir de 1917, a ser eleita trienalmente, como uma delegação de poderes da irmandade, sendo um órgão executivo, competia-lhe a administração de todos os negócios da Irmandade, sendo sempre composta pelo Provedor, o Vice-Provedor, o Secretário, o Vice-Secretário e cinco mesários, acrescentando mais cinco mesários substitutos.

Assim, existem mesários responsáveis por áreas específicas da administração da SCMB, o Tesoureiro, o Mordomo do Culto e o Mordomo Dirigente. Desaparecem, em 1887, o Arrecadador e o Visitador, cujas funções serão acumuladas pelo Mordomo Dirigente antes Mordomo do Mês e pelo Tesoureiro respetivamente. O Solicitador continuará a existir embora se torne somente um empregado da instituição, dando apoio jurídico à mesma.

Em vários documentos⁹⁴ se é alertado que a Mesa deveria reunir de 15 em 15 dias, sendo de salientar que, referem ainda, tal muitas vezes não acontecia, o que provocava desleixo na administração da SCMB, frisando que se tal necessidade houvesse tais reuniões deveriam ocorrer de 8 em 8 dias.

O Provedor, representante máximo da Irmandade, chefe da administração da Santa Casa, tem governo sobre todos os negócios da Santa Casa, sendo que, em todos os atos públicos da Irmandade, ocupa o primeiro lugar. Delega nos restantes 14 irmãos mesários atributos específicos, com a obrigação de supervisionar.

O Secretário é o mesário responsável, tanto pela secretaria como supervisiona o cartório, sendo responsável pela redação e guarda dos livros e demais “papéis” da Irmandade, tendo ainda sob sua alçada o Cartorário. Inicialmente irmão nomeado pela

⁹⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso do Governo do Hospital da Santa e Real Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1716, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P4/C3/9 e SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, 20 de Maio de 1887, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/462

Mesa, o Cartorário, será mais tarde, cerca de 1887, somente um empregado da instituição, que será responsável pelo Cartório da Santa Casa e que poderia ter sob as suas ordens um Amanuense. É ainda mencionada a existência de um Solicitador, mas do qual pouco se sabe, já que em nenhum documento são descritas as suas competências, sendo somente descritas as suas funções num Acórdão da SCMB⁹⁵.

O Tesoureiro é o mesário nomeado pela Mesa, que detém a responsabilidade de toda a contabilidade da Irmandade.

O caso do Secretário altera-se ligeiramente ao longo da evolução da SCMB. Assim, em 1917, embora continue com a alçada da Secretaria e do Cartório, passa agora a ter sob si um empregado responsável pela tesouraria. O lugar do Tesoureiro deixa de ser preenchido por um mesário, embora mantenha a responsabilidade das contas da SCMB. A secção da Secretaria é comum a todos os estabelecimentos da SCMB, pelo que existem cargos que são comuns. Seria composta por um Cartorário e Amanuense, o Tesoureiro e o Solicitador, e demais pessoal menor como o Continuo e o Porteiro.

O cargo de Mordomo do Culto, responsável pela Igreja e Capelas da Irmandade, reafirma a faceta religiosa da Misericórdia e tem sob sua alçada um Capelão, a quem cumpre a realização de todos os exercícios espirituais obrigatórios da Irmandade, e que fazia valer as suas funções quando preciso em todos os estabelecimentos da SCMB. Surge nos primeiros compromissos da irmandade⁹⁶ mas desaparece nos seguintes⁹⁷, não ressurgindo mais.

A direção do Hospital e do Asilo é da competência do Mordomo Dirigente, por vezes designado Mesário Dirigente, que atua como gestor desses estabelecimentos. Pelo desaparecimento do cargo de Mordomo do Culto em 1917⁹⁸, passa a ser também responsável pela Igreja da SCMB.

⁹⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Livro das emleijois e acordos da confraria da Santa [...]*, 2 de Dezembro de 1584 a 3 de Julho de 1627, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P5/C18/63

⁹⁶ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, 20 de Maio de 1887, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/462

⁹⁷ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1917, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P5/C33/842

⁹⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1917, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P5/C33/842

Com a exceção do Provedor, Secretário e Tesoureiro, todos os mesários são obrigados, mensalmente, a exercer este cargo, fazendo cumprir os regulamentos dos estabelecimentos e participando quaisquer irregularidades que surjam.

Nos primórdios da instituição, os irmãos pertencentes à Mesa eram eleitos pela irmandade, de forma indireta, assim no dia de Nossa Senhora da Visitação, estando todos os irmãos reunidos na Igreja da Misericórdia, prestavam juramento perante o capelão-mor, e cada irmão indicava 10 nobres e 10 oficiais para eleitores, que o escrivão assentava em pauta.

Contados os votos, os cinco nobres e os cinco “plebios” mais votados (os eleitores) agrupavam-se aos pares para, conferenciarem e elaborarem uma lista com 8 nomes escolhidos para Provedor e demais mesários. Os cinco róis assim elaborados ficavam guardados na igreja até ao dia seguinte, altura em que eram conferidos pelo provedor cessante e pelo capelão, que chamavam os eleitos para prestar juramento e assumir funções.

É criada a partir de 1887, uma Comissão de Recenseamento Eleitoral⁹⁹, à qual cabia a formação do recenseamento dos irmãos eleitores e elegíveis, para as eleições da Mesa Administrativa e do Definitório, constituída por um Presidente, dois Secretários e 2 Escrutinadores. No que toca à eleição, a Mesa e o Definitório eram eleitos diretamente em escrutínio secreto, por maioria de votos em assembleia geral, no penúltimo domingo de Junho, na igreja da Misericórdia,

Cada lista levada a votação para a mesa deveria conter quinze nomes, e a votação para o definitório nove nomes. Após o decorrer da votação o Presidente proclamaria eleitos os membros da Mesa e do Definitório, os 15 irmãos e 9 irmãos mais votados para exercerem, respetivamente, os designados cargos.

Mais tarde, em 1917, a Comissão sofre algumas alterações, passando a ser constituída somente pelo Provedor, Vice-Provedor e Secretário, e a data para as eleições foi transferida para o primeiro Domingo de Junho. É nesta altura também introduzida a

⁹⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Tem de servir este livro para se escrever as Actas da Comissão Recenseadora dos Irmãos da Santa e Real Casa da Misericórdia [...]*, 28 de Dezembro de 1887 a 10 de Maio de 1917, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P4/C4/16

eleição para a Mesa da Assembleia Geral, que aconteceria ao mesmo tempo e da mesma forma que as para a Mesa e Definitório.

Tanto o Hospital, com o Asilo e Botica, tinham, inicialmente, uma organização muito rudimentar, sendo que o Hospital¹⁰⁰ supervisionado pelo Mordomo do Mês ou Irmão do Mês era constituído apenas por dois médicos, o Medico do Partido e o Cirurgião do Partido e pelos Hospitaleiros que cuidavam dos doentes, e o Asilo¹⁰¹ pelos enfermeiros responsáveis pelos asilados. Inicialmente existiria um pequeno Recolhimento ou Casa de Peregrinos que, provisoriamente, acolhia peregrinos a caminho de Santiago de Compostela.

Posteriormente, a partir de 1900¹⁰², observa-se uma grande evolução na estrutura do Hospital, embora se mantivesse a supervisão do então Mordomo Dirigente, é criado um grupo médico designado de Conselho Médico, constituído pelos Facultativos ou seja os médicos contratados pela SCMB e que tinham a seu cargo o regime clínico do Hospital e ao qual competia o aconselhamento da Mesa em relação às necessidades do Hospital e do Asilo.

No que toca aos Serviços Clínicos, estariam inicialmente divididos em apenas três, Medicina e Partos, Cirurgia e por fim Aceitação, Consultas e Casa de Banco, e tinham como responsável um Diretor Clínico, a quem respondiam os enfermeiros, parteira no caso do serviço de Medicina e Partos, e os demais criados. Existindo dentro do Hospital vários departamentos como a Alfaiaria e Lavandaria, a Casa Mortuária e Teatro Anatómico, a Despensa e Cozinha, Arsenal de Cirurgia e ainda uma Farmácia própria, com farmacêutico responsável pelo fornecimento e avio dos medicamentos ao Hospital, de forma a dar apoio fundamental às suas necessidades.

¹⁰⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso do Governo do Hospital da Santa e Real Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1716, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P4/C3/9

¹⁰¹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatuto e Regulamento do Asylo d'Invalidos da Santa e Real Casa da Misericórdia da Villa de Barcelos*, 12 de Junho de 1878, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/463

¹⁰² SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento do Hospital da Irmandade da Santa e Real Casa de Misericórdia de Barcellos*, 17 de Fevereiro de 1900, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P6/C26/91

A partir de 1933¹⁰³, a estrutura de gestão do Hospital altera-se bastante, já que, além da supervisão do Mesário Dirigente, é acrescido um Fiscal ou Diretora que seria um intermediário entre as necessidades do Hospital e o Mordomo e a Mesa Administrativa. No que toca ao Conselho Médico e Direção Clínica é designado agora um Diretor Clínico e um Subdiretor e ainda um Secretário, sendo que mantêm as suas competências anteriores, de fazer recomendações técnicas a Mesa Administrativa.

Gradualmente assiste-se, a partir deste momento, a um aumento dos Serviços Clínicos que se dividiram em três: os Serviços Externos, os Serviços Internos e os Serviços de Especialidade que também tinham sido mais alargados. Assim, os Serviços Externos estariam subdivididos três: Medicina Geral, Cirurgia Geral e Consulta Externa, Aceitação e Banco. Os Serviços Internos estariam subdivididos em quatro: Cirurgia e Partos, Medicina, Crianças e Tuberculose. No que toca aos Serviços de Especialidade, um dos regulamentos do mesmo faz menção aos serviços criados ou a ser criados, relatando cerca de 10 novas especialidade desde oftalmologia, a otorrinolaringologista, a venereologia e dermatologia.

Tal como acontecia anteriormente, todos os serviços tinham como responsável um Diretor Clínico, a quem respondiam os enfermeiros, parteira, no caso do serviço de Medicina e Partos, e os demais criados.

É ainda de mencionar os designados Serviço Técnicos, como o Arsenal Cirúrgico, sob responsabilidade de Diretor e Conservador, a Casa Mortuária e Teatro Anatómico, o Balneário e a Farmácia, sob a supervisão de um Farmacêutico, assistido por um Servente ou Ajudante.

Com o movimento do 25 de Abril, toda esta estrutura administrativa acima descrita é retirada à SCMB.

Como já foi acima explicado de diversas formas, a SCMB sofreu a partir de 1974 algumas alterações na sua estrutura, principalmente na parte administrativa dos estabelecimentos, mas é também a partir deste momento que passam a ser aceites irmãos de ambos os sexos.

¹⁰³ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Barcelos*, 29 de Setembro de 1933, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1255

Embora de forma geral a existência de certos órgãos e cargos permaneçam intocáveis, como a Mesa da Assembleia Geral e o Definitório, a partir de 1981¹⁰⁴, desaparece a Comissão Recenseadora, e outros órgãos, como a Mesa Administrativa e os cargos dos mesários sofreram mais alterações. O número de mesários manteve-se com um Provedor, um Vice-Provedor, mas deixa de existir o Vice-Secretário e o Secretário deixa de ter ligação com a secretaria da instituição. Por fim, o Definitório vê o número de irmãos reduzido para três efetivos e três suplentes.

A alteração mais visível, é talvez a do cargo de Tesoureiro, que retorna à posse de um mesário, quando nos Estatutos anteriores, pertencia a um empregado da Instituição.

A designação de Mordomo Dirigente ou Mesário Dirigente deixam de existir, passando a existir um mesário designado de Irmão de Visita, que mensalmente terá de visitar as valências da instituição, mas que, ao contrário dos regulamentos administrativos anteriores, não as gere.

A grande alteração é a criação dos Serviços Administrativos sob a alçada da Mesa Administrativa, que se dividem em 3 divisões: Culto e Assistência, Património e Regime Financeiro e a Secretaria. Na divisão Culto e Assistência encontra-se a administração das Igrejas e Capelas da Misericórdia a cargo do Capelão privado, ao qual compete assegurar o culto na Igreja da Irmandade. Na divisão Património e Regime Financeiro, encontram-se os serviços de Contabilidade e Tesouraria da SCMB, que se encontram sob alçada do Tesoureiro da Mesa Administrativa.

¹⁰⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, Abril de 1981, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P4/C11/529

V. Estudo Orgânico-Funcional do Sistema de Informação da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos

Neste momento é impensável trabalhar um espólio documental, sem que se conheça a estrutura orgânica e funcional da instituição produtora da informação, uma tão antiga e que tantas mudanças sofreu ao longo do tempo, como aconteceu com a SCMB.

Assim, procedeu-se, em paralelo com o recenseamento da documentação, a um levantamento de todos os compromissos, regulamentos e estatutos da SCMB e dos seus estabelecimentos como o Asilo de Inválidos, o Hospital e a Farmácia para o período abarcado pela documentação do Arquivo Histórico, ou seja, desde cerca de 1498 a 2000.

Esta fase é das mais importantes, já que mediante as concepções arquivísticas, é necessário primeiro proceder á identificação dos órgãos que compõem a instituição em causa e fazer o reconhecimento das suas funções e competências, para mais tarde se poder distribuir a documentação sob cada produtor, já que dentro de uma mesma instituição existem vários produtores de informação que contribuem para o total global da documentação presente em arquivo.

Aplicamos, pois nesta fase do trabalho o método arquivístico baseado na investigação quadripolar recomendada pelos autores da obra *Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*¹⁰⁵ com especial foco nos pólos teórico, técnico e morfológico, o que se mostrou essencial para a correta reconstrução do contexto orgânico-funcional e temporal da produção documental. Este método permite ainda a criação do instrumento descritivo, que mais tarde apresentaremos, e que possibilita rapidamente aceder ao seu conteúdo informacional.

Este estudo baseia se na lógica do contexto de produção documental, assentando na teoria de que todos os documentos são criados por um produtor e com um propósito. A nós, coube-nos determinar a sua colocação nos Quadros Orgânico-Funcionais sob o Produtor correto.

¹⁰⁵ SILVA, Armando, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel, *Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação* Edições Afrontamento, Porto, 1999, pág. 221

É de mencionar no que diz respeito aos métodos e modelos usados, o grande contributo para este estudo, da obra *Universidade do Porto – estudo orgânico funcional*¹⁰⁶, pela construção dos quadros de competências e organogramas, que tiveram influência neste trabalho.

5.1. O Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: O Modelo Sistémico

Para proceder à criação dos organogramas e quadros de competências, e porque não existem estudos sobre a estrutura orgânico-funcional da SCMB, foi necessário recorrer aos documentos manuscritos que se encontravam no Arquivo Histórico. É de salientar o possível desaparecimento de um Regulamento e Estatutos da SCMB de 1934 que se encontrava identificado no Inventário de 2006/2007, mas que não foi possível localizar durante o estágio curricular. Se mais terão existido é, neste momento, difícil de afirmar, seria talvez necessário um estudo profundo aos livros de acórdãos para mais esclarecimentos.

Assim, e após uma pesquisa no Arquivo Histórico, encontraram-se os seguintes documentos, por ordem cronológica:

- *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*¹⁰⁷
- *Compromisso do Governo do Hospital da Santa e Real Casa da Misericórdia de Barcelos*¹⁰⁸
- *Estatuto e Regulamento do Asylo d'Invalidos da Santa e Real Casa da Misericórdia da Villa de Barcelos*¹⁰⁹
- *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*¹¹⁰

¹⁰⁶ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar os conhecimentos do Sistema de Informação de Arquivo*. colab. Rute Reimão. Porto: Reitoria da Universidade, 2001

¹⁰⁷ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1674, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P3/C1/468

¹⁰⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso do Governo do Hospital da Santa e Real Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1716, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P4/C3/9

¹⁰⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatuto e Regulamento do Asylo d'Invalidos da Santa e Real Casa da Misericórdia da Villa de Barcelos*, 12 de Junho de 1878, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/463

- *Regulamento para a Pharmacia da Santa e Real Casa da Misericórdia e Hospital de Barcelos*¹¹¹
- *Regulamento do Hospital da Irmandade da Santa e Real Casa de Misericórdia de Barcellos*¹¹²
- *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*¹¹³
- *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Barcelos*¹¹⁴
- *Regulamento dos Serviços Técnicos Internos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*¹¹⁵
- *Regulamento do Hospital e Asilo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Direcção e Administração do Hospital*¹¹⁶
- *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*¹¹⁷

Como já foi possível observar existem 4 documentos relativos à administração e gestão da SCMB, desta forma estabelecemos 4 grandes divisões temporais em termos da lógica sequencial da produção documental. Além destes 4 documentos, existem 7 complementares, relativos aos diversos estabelecimentos da instituição, que permitem observar a existência de uma acumulação de competências em diversos cargos comuns à SCMB e aos seus estabelecimentos.

¹¹⁰ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, 20 de Maio de 1887, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/462

¹¹¹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento para a Pharmacia da Santa e Real Casa da Misericórdia e Hospital de Barcelos*, 19 de Fevereiro de 1889, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1254

¹¹² SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento do Hospital da Irmandade da Santa e Real Casa de Misericórdia de Barcellos*, 17 de Fevereiro de 1900, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P6/C26/91

¹¹³ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1917, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P5/C33/842

¹¹⁴ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Barcelos*, 29 de Setembro de 1933, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1255

¹¹⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento dos Serviços Técnicos Internos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, [1940], Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1259

¹¹⁶ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento do Hospital e Asilo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Direcção e Administração do Hospital*, 1952, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1256

¹¹⁷ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, Abril de 1981, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P4/C11/529

Estas ocorrências vieram cimentar a nossa opção de estabelecer divisões temporais e de conjugar os diversos documentos entre si de forma a criar Organogramas e Quadro de Competências o mais completos possíveis, explicaremos melhor as razões mais à frente.

Assim, a cada Organograma e Quadro de Competências, correspondente a uma divisão temporal, irão conjugar-se os artigos selecionados de um Compromisso da SCMB e dos diversos Regulamentos e Estatutos dos seus estabelecimentos, dentro dessa divisão temporal. De forma a não sobrecarregar o quadro de competências, associado a cada artigo, estará uma data que será a ligação aos documentos correspondentes.

Visto que este trabalho tem como objetivo, reconhecer os produtores de informação dentro SCMB e respetivos documentos, e por que os Compromisso, Regulamentos e Estatutos deixam transparecer uma multitude de empregados menores, como por exemplo os criados que, devido às suas funções não produziram documentação, tomou-se a opção de os apresentar nos Organogramas, não negando a sua existência, mas não os inscrevendo nos Quadro de Competências, pela razão acima descrita, mas também para não sobrecarregar os Quadros, já que não acrescentariam valor na questão da produção de informação.

5.2. O Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Aplicação do Modelo Sistémico

Como resultado da análise e estudo do Sistema de Informação da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, pretendemos de seguida apresentar a estrutura do nosso sistema de informação.

No que toca aos Quadros Orgânico-Funcionais representados, encontram-se divididos em 5 colunas, Objetivos/Atribuições, Estrutura, Competências, Atividades e Séries/Documentos, de forma a apresentar uma explicação textual, quer no que diz respeito à sua estrutura orgânica quer à sua utilização de cariz funcional, acrescentando ainda a produção documental correspondente à estrutura.

Exemplo:

Objetivos/Atribuições	Estrutura	Competências	Atividades	Séries/Documentos
------------------------------	------------------	---------------------	-------------------	--------------------------

Assim, este estudo orgânico-funcional irá mais tarde servir de suporte para a implementação e avaliação do sistema de informação, permitindo também a representação e acesso à informação.

5.2.1. Quadro 1: c.1498 - 1886¹¹⁸

No primeiro quadro, apresentaremos o conjunto de documentos que entre a data de fundação da SCMB, cerca de 1520, e 1886, antes do primeiro compromisso oficial, estariam em uso e que permitiam regular tanto a SCMB como os seus estabelecimentos, mostrando coerência quer na organização interna como nas competências atribuídas a cada cargo e órgão.

Assim os documentos utilizados para produzir tanto o Organograma e o Quadro de Competências são:

- *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*
- *Livro das emleiçãois e acordos da confraria da Santa [...] ¹¹⁹*
- *Compromisso do Governo do Hospital da Santa e Real Casa da Misericórdia de Barcelos*
- *Estatuto e Regulamento do Asylo d'Invalidos da Santa e Real Casa da Misericórdia da Villa de Barcelos*

Começamos pelo primeiro documento e o qual nos criou mais problemas no que toca à utilização efetiva do documento, o *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* de 1674, sendo este o documento de administração mais antigo no Arquivo Histórico da SCMB, e embora não seja o Compromisso correspondente à instituição em causa, é o que podemos afirmar ter sido usado como base do funcionamento, durante algum tempo. As anotações laterais, manuscritas provam que serviu de consulta, tal como aconteceu em tantas outras Misericórdias, que demoraram a fazer o seu próprio compromisso, adoptando-os com algumas alterações, de forma ajustar-se à sua realidade. Podemos observar esta questão através dos vários livros de acórdãos da

¹¹⁸ Ver Anexo III Quadro 1

¹¹⁹ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Livro das emleiçãois e acordos da confraria da Santa [...]*, 2 de Dezembro de 1584 a 3 de Julho de 1627, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P5/C18/63

SCMB, em que sucessivamente a Irmandade aprovou a utilização dos novos Compromisso de Lisboa.

Ora, é exatamente a problemática do ajuste entre a teoria do documento e a realidade prática da SCMB que nos trouxe algumas questões na avaliação da estrutura orgânico-funcional que realmente estaria em prática. Foi preciso então, recorrer aos livros de acórdãos para observar o que realmente foi aplicado na realidade. Assim recorreu-se ao Acórdão de 1584, que se encontra no Livro I de Acórdãos, e que designa todos os irmãos pertencentes a Mesa e as funções e competências de cada um.

No que que toca ao *Compromisso do Governo do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos* de 1716, este é o regulamento mais antigo no que toca aos estabelecimentos da SCMB, e trata tal como o nome indica, da organização do Hospital. Além disso, permite observar como se organizavam outros sistemas da Misericórdia como a Igreja e faz ainda menção a uma Casa de Peregrinos, que ocupava uma parte do dito Hospital.

Segundo o próprio documento, este nasce da necessidade de regulamentar o Hospital, mas também da questão das rendas, para que, segundo o texto, se pudesse estabelecer um limite à ajuda prestada pela SCMB, tendo sempre em conta que conforme aumentassem os Legados e esmolos proporcionalmente se aumentaria o campo de ajuda, mas sempre tendo em conta que a ajuda prestada seria sempre aos mais desfavorecidos, frisando-se, várias vezes, a necessidade de provas de pobreza. Este documento demonstra como tanto os espaços da Igreja, Hospital e Casa de Peregrinos se encontravam interligados e como os diversos empregados interagiam nos diversos lugares, complementando as suas ações.

O último documento analisado é o *Estatuto e Regulamento do Asylo d'Inválido* de 1878, que, tal como o documento anterior, é o primeiro do género, no que toca a este tipo de estabelecimento da SCMB, e regulamenta tanto as funções dos irmãos da Santa Casa, como dos empregados, enfermeiras e ajudantes. Ao contrário do documento anterior, em parte alguma é discutida a questão das rendas ou legados, havendo somente algumas menções das esmolos a serem entregues ao Tesoureiro.

Assim, através destes documentos foi possível criar um organigrama que embora não seja totalmente perfeito, corresponderá ao que seria na altura a estrutura administrativa da instituição.

5.2.2. Quadro 2: 1887 - 1916¹²⁰

Neste quadro, apresentaremos o conjunto de documentos que entre as datas de 1887 e 1916 estariam em convenção e que permitiam regular tanto a SCMB como os seus estabelecimentos.

Estabelecemos estas barreiras temporais com o início no primeiro compromisso oficial da SCMB e terminamos antes do compromisso seguinte, pois embora estes documentos não sejam fraturantes, no sentido que não transformam profundamente a organização da instituição, é no entanto de assinalar algumas alterações na sua estrutura orgânica, pelo que assim se optou por estas separações. Desta forma é possível observar uma evolução entre este quadro e os seguintes.

Assim os documentos utilizados para produzir tanto o Organograma e o Quadro de Competências são:

- *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*
- *Regulamento para a Pharmacia da Santa e Real Casa da Misericórdia e Hospital de Barcelos*
- *Regulamento do Hospital da Irmandade da Santa e Real Casa de Misericórdia de Barcellos*

O primeiro documento é o *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia* de 1887, sendo o primeiro compromisso criado com o intuito de servir unicamente a SCMB, descreve todos os órgãos e cargos dos irmãos da instituição além de tornar evidentes as grandes linhas de caridade assistencial da SCMB. Assim temos a menção ao Hospital, o Asilo de Inválidos e ainda da possível criação do Albergue Noturno, junto ao Asilo de Inválidos.

O *Regulamento para a Pharmacia da Santa e Real Casa da Misericórdia e Hospital de Barcelos* de 1889, é o único regulamento existente no que toca a Farmácia da SCMB, sendo a primeira vez que é designada desta forma, já que nos regulamentos anteriores era mencionada como Botica.

O último documento deste quadro é o *Regulamento do Hospital da Irmandade da Santa e Real Casa de Misericórdia de Barcellos* de 1900, sendo, relativamente aos documentos anteriores muito mais explicativo de todos os cargos e funções

¹²⁰ Ver Anexo III Quadro 2

desempenhados pelos empregados do Hospital e irmãos da SCMB, sendo, conseqüentemente, um texto muito mais extenso que os anteriores, cobrindo a quase totalidade de todos os empregados dos estabelecimentos da Misericórdia.

5.2.3. Quadro 3: 1917 - 1980¹²¹

Neste quadro, demonstraremos o conjunto de documentos que entre as datas de 1917 e 1980 estariam em uso e que permitiam administrar tanto a SCMB como os seus estabelecimentos.

Iniciam-se com os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos de 1917 e terminam antes do último Compromisso da SCMB, no qual se observam algumas alterações da estrutura interna da administração da instituição, embora as grandes modificações sejam mais visíveis, principalmente, na questão do Hospital, o que implicou estas separações.

Assim os documentos utilizados para produzir tanto o Organograma como o Quadro de Competências são:

- *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*
- *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Barcelos*
- *Regulamento dos Serviços Técnicos Internos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*
- *Regulamento do Hospital e Asilo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Direcção e Administração do Hospital*

No primeiro documento, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos* de 1917, pode-se observar que a SCMB continuou a privilegiar as suas ações de caridade no Hospital e no Asilo, mas demonstra interesse em expandir as suas ações, abarcando a possível criação de uma Cozinha Económica, de forma a dar apoio aos mais desfavorecidos da vila, assim como a criação de uma Creche, dando apoio educacional às crianças de vila. Desta forma a SCMB pretendia alargar a sua rede de apoio não só aos doentes e idosos mas também às gerações mais novas, que se encontravam desprotegidas, além de prever o apoio às próprias famílias da vila

¹²¹ Ver Anexo III Quadro 3

O *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia* de 1933 não será o único deste tipo de regulamentos que encontraremos neste quadro relativamente ao Hospital, mas será o primeiro a surgir dactilografado, já que todos os seus antecessores eram manuscritos. A grande preocupação deste documento é obviamente a organização interna do Hospital e as competências dos diferentes cargos, principalmente dos seus empregados. No entanto, deixa transparecer a organização da Secretaria e Tesouraria, comuns a todos os estabelecimentos, a Igreja e o Asilo de Inválidos.

O *Regulamento dos Serviços Técnicos Internos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, embora pelo título pareça tratar-se do regulamento dos serviços de secretaria, é antes um documento regulador da organização do Hospital. Embora não seja possível obter uma data, através da leitura do documento deverá situar-se pelos anos de 1940, sendo bastante semelhante aos documentos desta baliza temporal.

Por fim, o último documento utilizado neste quadro é o *Regulamento do Hospital e do Asilo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Direcção e Administração do Hospital* de 1952 é um regulamento bastante semelhante ao anterior, observando apenas pequenas alterações, como pequenos novos cargos, algumas mudanças de designações, mas principalmente um melhor esclarecimento dos serviços clínicos que o Hospital possuía.

5.2.4. Quadro 4: 1981 - Atualidade¹²²

Este período inicia-se com o último Compromisso da SCMB, e por este ainda vigorar, estendeu-se até à atualidade desta instituição. O documento utilizado para formar o Organograma e Quadro de Competências é, então, o Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de 1981.

Este compromisso é bastante diferente em relação aos seus antecessores, devido ao seu conteúdo e à forma como expõe os seus órgãos administrativos, e toda a restante estrutura, que se apresenta com bastantes alterações.

Este quadro agora apresentado é bastante diferente dos anteriores, visto que adota o único documento existente, sem que outros documentos existam no Arquivo

¹²² Ver Anexo III Quadro 4

Histórico, para o complementar. Note-se que o Hospital, que tínhamos vindo a observar, já não se encontra, à época, na posse da SCMB.

VI. Gestão da Informação

Após o levantamento, através dos vários compromissos, regulamentos e estatutos, dos órgãos que compunham e compõem a SCMB e das competências a cada um correspondente, este capítulo vem mostrar a parte mais técnica e talvez exigente deste estágio traduzido neste relatório.

Por ser uma parte essencial em qualquer trabalho de arquivo e para o arquivista, é assim exigido um domínio sobre as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), que permitem a descrição arquivística da documentação. Sendo que, *o objectivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo da documentação de arquivo, a fim de promover a sua acessibilidade. Este objectivo é conseguido através da elaboração de representações precisas e adequadas, organizadas de acordo com modelos predeterminados.*¹²³

6.1. Recenseamento¹²⁴

A maior atividade desenvolvida no Arquivo Histórico da SCMB, foi o recenseamento da documentação existente no Salão Nobre da Instituição. Esta fase do trabalho tinha como objetivo principal tornar acessível um conjunto documental acomodado em 20 prateleiras de 4 armários, sobre o qual existia 2 inventários com algumas deficiências estruturais, já que não conseguiam abarcar de forma completa e extensiva toda a dimensão documental.

A documentação encontrava-se distribuída pelos armários segundo uma ordem temática e temporal, trabalho feito em 2006/2007 pelo Professor Dr. Joaquim Vinhas, que “resgatou” a documentação das acomodações anteriores, na qual se encontrava em grande risco de deterioração, já que se encontrava exposta aos elementos externos, como elementos atmosféricos e algumas pragas animais, evidentes em alguma documentação, permitindo, ainda, o retorno de alguma documentação da qual se tinha perdido o rasto,

¹²³ ISAD(G): *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo.- 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002

¹²⁴ Visto ter sido produzido um Catálogo, e pelo facto de toda a informação do Recenseamento se encontrar no Catálogo, somente alterando a sua apresentação gráfica, não achamos necessário apresentar ambos nos Anexos.

por empréstimos feitos. Assim, acredita-se não existir mais documentação referente às balizas cronológicas aqui impostas, sendo que este será o trabalho mais completo e exaustivo, até agora, sobre a documentação existente referente ao Arquivo Histórico.

Para proceder ao recenseamento da documentação, e usando, como já foi anteriormente referido, as normas internacionais, selecionamos oito elementos para constituir a descrição das unidades arquivísticas. São eles:

- Código de Referência
- Título
- Data
- Nível de Descrição
- Nome do Produtor
- Dimensão e Suporte
- Âmbito e Conteúdo
- Notas

Através das fichas, feitas em Excel, ficou-se na posse de todos os elementos necessários para a criação de um catálogo da documentação e para a descrição arquivística do fundo.

Ao longo destes registos foi sendo atribuído a cada documento um Código de Referência (cota). Como existia, por parte da SCMB, uma preferência para que fosse um código topográfico, de forma a permitir uma mais fácil acessibilidade aos documentos, foi este que se adotou.

Assim e tendo em conta uma possível integração do arquivo num programa informático, optou-se por um código mais completo, iniciando-se com a sigla PT significando o país, seguido de SCMB, a instituição produtora da documentação, depois AH referente ao Arquivo Histórico. A partir deste ponto o código difere consoante o armário sigla A, a prateleira sigla P e se o documento se encontra numa caixa sigla C ou não.

Exemplo 1:

País	Instituição	Arquivo	Armário	Prateleira	Documento
PT	SCMB	AH	AA	P1	148

Origina o código PT/SCMB/AH/AA/P1/148, ou seja um documento com o número 148, na 1º Prateleira do Armário A.

Exemplo 2:

País	Instituição	Arquivo	Armário	Prateleira	Caixa	Documento
PT	SCMB	AH	AA	P4	C1	1

Neste exemplo 2, o registo possui o código PT/SCMB/AH/AA/P4/C1/1, ou seja um documento com o número 1, na Caixa 1, na 4ª Prateleira do Armário A.

Preferiu-se manter a numeração anteriormente atribuída no inventário de 2006/2007, pela razão que os documentos até a Caixa 9 do Armário C já estavam numerados e as respectivas caixas encontravam-se etiquetadas. Somente a partir desse ponto a numeração é nova.

Com o avançar do estágio, foram surgindo alguns livros que não se encontravam inventariados anteriormente. Assim, e de forma a não alterar profundamente a numeração já existente, ao longo dos armários, preferiu-se introduzir o novo documento junto a outro do mesmo teor, e em sequência temporal, e assim acrescentar somente uma letra alfabética ao número do documento novo (B), acontecendo o mesmo ao documento imediatamente anterior (A).

Exemplo:

Referência	Título	Data
110 A	[...] destina-se a nelle serem registados todos os assuntos tratados em reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.	1966 a 1970
110 B	[...] vai servir para nele serem lavradas as actas de reuniões da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia [...]	1976 a 1981

Desta forma foram introduzidos três novos documentos no Armário A e cinco novos documentos no Armário B. Nos Armários C e D o mesmo ocorreu, não por introdução posterior de documentos mas por erro humano na introdução das cotas.

6.2. Quadro de Classificação

Tal como já foi mencionado, é necessário, antes da construção dos Quadros de Classificação, conhecer a estrutura organizacional da instituição que estamos a estudar, bem como as suas competências. Assim, e após a criação dos vários organogramas da SCMB e dos quadros orgânico-funcionais correspondentes, procedemos à organização dos documentos recenseados em séries documentais.

Mas antes de esclarecermos sobre os resultados por nós conseguidos, pretendemos explicar que o processo que levou a estes resultados prende-se com o objetivo de fazer *relacionar os documentos com as funções, actividades e estruturas de entidade geradora de documentos, isto é, a documentação nada mais é do que produto das actividades humanas e como tal deve ser organizada segundo essas actividades*¹²⁵.

Consequentemente à identificação das diversas séries documentais, podemos atribuir aos diversos órgãos e cargos produtores, cada uma das séries e subséries criadas, de forma a construir um quadro de classificação adequado aos quatro quadros orgânico-funcionais e respetivos organogramas.

Foi já possível observar uma parte das séries documentais criadas no Capítulo V, em que, em conjunto com a descrição das competências e atividades dos cargos e órgãos, associamos as séries documentais de forma a criar, já a partir daquele momento, uma ideia do que seriam os quadros de classificação, e para que fosse visível a associação entre a teoria dos Compromissos e Regulamentos e Estatutos e a prática da produção documental.

Para a ordenação das séries no quadro de classificação que de seguida propomos, adoptámos sempre o critério alfabético, sendo que dentro da cada série a documentação se irá dispor por ordem cronológica.

¹²⁵ NASCIMENTO, Maiara de Arruda; FLORES, Daniel A *Gestão da Informação como Subsídio ao Alcance e à Manutenção da Qualidade*. Arquivistica.net.. Rio de Janeiro, 2007, pág.

Tivemos de ter em conta, ao longo da criação destes Quadros de Classificação, que toda a documentação da SCMB teria de ser, em teoria, assinada pelo Provedor como responsável pela instituição. No entanto, esta situação não implica que este seja o produtor de toda a documentação produzida, porque embora, por vezes, a documentação apareça assinada pelo Provedor, as séries documentais encontram-se sob a alçada de outros cargos ou órgãos.

É de mencionar que, ao atribuímos a cada órgão as séries correspondentes, surgiram-nos algumas dúvidas, nomeadamente em documentos de séries que não continham qualquer assinatura ou referência do responsável pela sua produção. Assim nestas situações, tomou-se a opção de as inscrever em certos cargos ou órgãos, tendo em conta as suas competências, mesmo que tal produtor não fosse indicado no documento.

É ainda de salientar a existência de casos em que os Compromissos e Regulamentos e Estatutos indicavam um produtor de informação diferente do que se encontrou no documento. Neste caso a opção foi tomar sempre como produtor de informação quem assina o documento, em detrimento do que, em teoria, deveria produzir o documento.

Tomamos ainda como opção neste momento, a atualização da grafia dos cargos e órgãos constituintes da estrutura administrativa da SCMB, por uma lógica de escrita coerente.

Proposta de Quadro de Classificação

Quadro 1 (c.1498-1886)

SC:A - Mesa Administrativa

SR:001 - [Livro de Confraria do Santíssimo Sacramento] 1654-1722

SR:002 - [Livro de Cópias dos Títulos Antigos] 1509-1663

SR:003 - [Livro de Despesa de Obras] 1604-1630

SR:004 - [Livro de Eleições e Acórdãos] 1584-1627

SR:005 - [Livro de Mercês e Provisões] 1604-1823

SR:006 - [Livro de Serviço e Fábrica do Santíssimo Sacramento] 1646

SR:007 - [Livro de Termos e Eleições] 1840-1881

SR:008 - [Livro de União da Gafaria e do Hospital à Santa Casa] 1519-1692

SR:009 - [Livros de Acórdãos] 1602-1880

SR:010 - [Livros de Atas da Mesa Administrativa] 1875-1886...

SR:011 - [Livros de Compromissos, Estatutos e Regulamentos da Misericórdia e Estabelecimentos] 1674-1886...

SR:012 - [Livros de Despachos] 1699-1818

SR:013 - [Livros de Eleições] 1634-1886...

SR:014 - [Livros de Inventários] 1795-1886...

SR:015 - [Livros de Matrícula de Irmãos] 1685-1886...

SR:016 - [Livros de Sentenças] 1643-1790

SR:017 - [Livros de Termos da Mesa] 1803-1875

SR:018 - [Livros de Termos e Acórdãos] 1716-1803

SR:019 - [Livros de Tombos] 1498-1795

SR:020 - [Processo de Pagas] 1785

SR:021 - [Processos de Capitais Mutuados] 1797-1886...

SR:022 - [Processos de Compra e Venda] 1745-1886...

SR:023 - [Processos de Distrate] 1716-1733

SR:024 - [Processos de Dotes de Casamento] 1789-1886...

SR:025 - [Processos de Legados, Testamentos e Doações] 1714-1886...

SR:026 - [Processos de Prazos e Foros] 1697-1886...

SC:B - Provedor

SR:001 - [Cadernos de Orçamentos e Contas] 1853-1886...

SC:C - Escrivão

SR:001 - [Correspondência e Ofícios da Misericórdia e Estabelecimentos] 1574-1886...

SR:002 - [Livro de Cartas de Guias] 1880-1886...

SR:003 - [Livro de Cartas] 1604-1760

SR:004 - [Livro de Compras] 1609-1800

SR:005 - [Livro de Lembranças] 1795

SR:006 - [Livro de Vendas] 1624-1639

SR:007 - [Livros de Autos de Arrematação] 1727-1886...

SR:008 - [Livros de Copiadores de Correspondência e Ofícios Expedida da Misericórdia e Estabelecimentos] 1835-1886...

SR:009 - [Livros de Foros e Pensões] 1599-1886...

SR:010 - [Livros de Prazos e Arrendamentos] 1631-1777

SR:011 - [Livros de Legados] 1565-1886...

SSR:001 - [Livro de Doações, Testamentos e Legados] 1565-1800

SSR:002 - [Livro de Legado de João dos Santos Cardoso] 1857-1886...

SSR:003 - [Livro de Legado do Padre António Ribeiro] 1789

SSR:004 - [Livros de Legado de Inácio da Silva Medella] 1746-1849

SR:012 - [Rascunhos, Minutas e Extratos de Atas] 1879-1886...

SR:013 - [Relação de Capitais da Misericórdia e Hospital] 1875

SR:014 - [Relação de Caseiros] [1870]

SR:015 - [Relação de Despesa e Orçamento da Misericórdia e Hospital] 1863-1878

SR:016 - [Relação de Dívidas Ativas e Passivas] 1859-1877

SR:017 - [Relação de Entradas no Asilo de Inválidos] 1874-1886...

SR:018 - [Relação de Fundos] 1821

SR:019 - [Relações Abreviadas] [1870]

SC:D - Mordomos dos Meses ou Irmão do Mês

SR:001 - [Livros de Rações dos Doentes] 1796-1836

SSR:001 - [Livro de Rações dos Doentes do Hospital e Externos] 1823-1836

SSR:002 - [Livros de Rações dos Doentes Externos] 1796-1823

SR:002 - [Livros de Vales Diários do Hospital] 1854-1879

SC:E - Solicitador dos Presos do Rol

SR:001 - [Livro de Livramento dos Presos] 1715-1828

SC:F - Arrecadador

SR:001 - [Livro de Contas do Rendeiro] 1854-1864

SR:002 - [Livros de Caseiros] 1776-1852

SR:003 - [Livros de Mamosteiros] 1784-1828

SC:G - Tesoureiro

SR:001 - [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1767-1886...

SR:002 - [Diários de Receita e Despesa] 1859-1886...

SSR:001 - [Diários de Receita e Despesa da Misericórdia e Hospital]
1864-1886...

SSR:002 - [Diários de Receita e Despesa da Misericórdia] 1859-1886...

SSR:003 - [Diários de Receita e Despesa do Asilo de Inválidos] 1874-
1886...

SR:003 - [Livro de Certidões de Missas] 1722-1820

SR:004 - [Livro de Fundo do Hospital dos Entrevados] 1818

SR:005 - [Livro de Receita e Despesa do Santíssimo Sacramento] 1716-1718

SR:006 - [Livros de Capitais Mutuados] 1751-1886...

SSR:001 - [Livro de Capitais Mutuado dos Legados] 1751-1777

SSR:002 - [Livros de Capitais Mutuados do Asilo de Inválidos] 1879-
1886...

SSR:003 - [Livros de Capitais Mutuados e Foros da Misericórdia e
Estabelecimentos] 1878-1886...

SR:007 - [Livros de Contas da Receita e Despesa] 1786-1886...

SSR:001 - [Livros de Contas da Receita e Despesa da Misericórdia e
Hospital] 1864-1886...

SSR:002 - [Livros de Contas da Receita e Despesa do Asilo de
Inválidos] 1883-1886...

SSR:003 - [Livros de Contas do Recibo e Despesa da Misericórdia]
1786-1869

SR:008 - [Livros de Contas Gerais] 1797-1886...

SSR:001 - [Livro de Contas Gerais da Misericórdia] 1797-1825

- SSR:002** - [Livros de Contas Gerais da Receita e Despesa da Misericórdia e Hospital] 1854-1883
- SSR:003** - [Livros de Contas Gerais da Receita e Despesa do Asilo de Inválidos] 1874-1886...
- SR:009** - [Livros de Despesa da Misericórdia] 1796-1884
- SR:010** - [Livros de Despesa Mensal] 1753-1884
- SSR:001** - [Livro de Despesa Mensal do Asilo de Inválidos] 1874-1884
- SSR:002** - [Livros de Despesa Mensal da Misericórdia e Hospital] 1753-1880
- SSR:003** - [Livros de Despesa Mensal da Misericórdia] 1802-1868
- SR:011** - [Livros de Devedores da Misericórdia] 1818-1854
- SR:012** - [Livros de Devedores e Recibo] 1799-1878
- SSR:001** - [Cadernos de Devedores e Recibo da Misericórdia] 1799-1836
- SSR:002** - [Cadernos de Recibo e Despesa da Misericórdia] 1836-1851
- SSR:003** - [Livros de Devedores e Recibo da Misericórdia e Hospital] 1866-1878
- SSR:004** - [Livros de Devedores e Recibo da Misericórdia] 1851-1866
- SR:013** - [Livros de Receita e Despesa Mensal] 1728-1880
- SSR:001** - [Livro de Receita e Despesa Mensal do Asilo de Inválidos] 1874-1880
- SSR:002** - [Livros de Receita e Despesa Mensal da Misericórdia] 1728-1878
- SR:014** - [Livros de Recibo da Misericórdia] 1745-1852
- SR:015** - [Livros de Recibo e Despesa da Confraria de Santa Gertrudes] 1799-1886...
- SR:016** - [Livros de Recibo Mensal] 1853-1884
- SSR:001** - [Livro de Recibo Mensal da Misericórdia] 1853-1854
- SSR:002** - [Livro de Recibo Mensal do Asilo de Inválidos] 1874-1884
- SSR:003** - [Livros de Recibo Mensal da Misericórdia e Hospital] 1854-1884
- SR:017** - [Recibos e Registo de Despesa] 1839-1886...

SC:H - Capelão Mor**SR:001** - [Livros de Capelães] 1787-1881**SR:002** - [Livros de Movimento de Doentes] 1715-1886...**SSR:001** - [Livro de Movimento de Doentes Militares do Hospital]
1835-1886...**SSR:002** - [Livros de Movimento de Doentes do Hospital] 1715-1886...**SR:003** - [Relação de Movimento de Doentes Militares do Hospital] 1847-1855**SR:004** - [Relação de Movimento de Doentes do Hospital] 1854-1858**SC:I - Médico do Partido****SR:001** - [Livros de Receituário de Doentes] 1836-1886...**SC:J – Casa do Despacho****SR:001** - [Maço de Diversos] 1840-1886...**SR:002** - [Maço de Sentença Cível de Manuel Vieira de Sousa] 1780**Quadro 2 (1887-1916)****SC:A - Assembleia Geral****SR:001** - [Livros de Atas da Assembleia Geral] 1890-1916...**SC:B - Mesa Administrativa****SR:001** - [Livro de Copiador de Editais e Anúncios] 1909-1916...**SR:002** - [Livros de Atas da Mesa Administrativa] 1887-1916...**SR:003** - [Livros de Compromissos, Estatutos e Regulamentos da Misericórdia e Estabelecimentos] 1887-1916...**SR:004** - [Livros de Eleições] 1887-1889**SR:005** - [Livros de Inventários] 1887-1916...**SR:006** - [Livros de Matricula de Irmãos] 1887-1916...**SR:007** - [Maços de Projetos de Obras] 1889-1916...**SR:008** - [Processos de Capitais Mutuados] 1887-1916...**SR:009** - [Processos de Compra e Venda] 1887-1916...

SR:010 - [Processos de Concursos de Admissão de Empregados] 1889-1916...

SR:011 - [Processos de Dotes de Casamento] 1887-1916...

SR:012 - [Processos de Entradas no Asilo de Inválidos] 1893-1916...

SR:013 - [Processos de Legados, Testamentos e Doações] 1887-1916...

SR:014 - [Processos de Pleitos e Contenciosos] 1895-1916...

SR:015 - [Processos de Prazos e Foros] 1887-1916...

SC:C - Comissão de Recenseamento Eleitoral

SR:001 - [Livro de Atas da Comissão de Recenseamento] 1887-1916...

SR:002 - [Livro de Copiador da Comissão de Recenseamento] 1887-1916...

SR:003 - [Livros de Recenseamentos Gerais dos Irmãos] 1887-1916...

SSR:001 - [Cadernos de Recenseamentos Gerais dos Irmãos] 1887-1916...

SSR:002 - [Livros de Recenseamentos Gerais dos Irmãos] 1887-1916...

SC:D - Provedor

SR:001 - [Cadernos de Orçamentos e Contas] 1887-1916...

SC:E - Secretário

SR:001 - [Correspondência e Ofícios da Misericórdia e Estabelecimentos] 1887-1916...

SR:002 - [Livro de Cartas de Guias] 1887-1916...

SR:003 - [Livros de Autos da Arrematação] 1887-1916...

SR:004 - [Livros de Copiadores de Correspondência e Ofícios Expedida da Misericórdia e Estabelecimentos] 1887-1916...

SR:005 - [Livros de Foros e Pensões] 1887-1916...

SR:006 - [Livros de Legados] 1887-1916...

SSR:001 - [Livro de Legado de João dos Santos Cardoso] 1857-1916...

SSR:002 - [Livros de Legado de Miranda Vilas Boas] 1887-1895

SR:007 - [Rascunhos, Minutas e Extratos de Atas] 1887-1916...

SR:008 - [Relação de Entradas no Asilo de Inválidos] 1887-1916...

SC:F - Cartorário

SR:001 - [Livro de Termos de Responsabilidade] 1904-1916...

SR:002 - [Requerimentos] 1906-1916...

SC:G – Tesoureiro

SR:001 - [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1887-1917...

SR:002 - [Diários de Receita e Despesa] 1887-1916...

SSR:001 - [Diário de Receita e Despesa do Albergue Noturno] 1911-1916...

SSR:002 - [Diários de Receita e Despesa da Misericórdia e Estabelecimentos] 1891-1910

SSR:003 - [Diários de Receita e Despesa da Misericórdia e Hospital] 1887-1891

SSR:004 - [Diários de Receita e Despesa da Misericórdia] 1887-1916...

SSR:005 - [Diários de Receita e Despesa do Asilo de Inválidos] 1887-1916...

SR:003 - [Livros de Capitais Mutuados] 1887-1916...

SSR:001 - [Livro de Capitais Mutuados do Albergue Noturno] 1911-1916...

SSR:002 - [Livros de Capitais Mutuados do Asilo de Inválidos] 1887-1916...

SSR:003 - [Livros de Capitais Mutuados e Foros da Misericórdia e Estabelecimentos] 1887-1904

SR:004 - [Livros de Contas da Receita e Despesa] 1887-1916...

SSR:001 - [Livros de Contas da Receita e Despesa da Misericórdia e Hospital] 1887

SSR:002 - [Livros de Contas da Receita e Despesa da Misericórdia] 1887-1916...

SSR:003 - [Livros de Contas da Receita e Despesa do Asilo de Inválidos] 1887-1891

SR:005 - [Livros de Contas Gerais] 1887-1916...

SSR:001 - [Livro de Contas Gerais da Receita e Despesa do Albergue Noturno] 1911-1916...

SSR:002 - [Livros de Contas Gerais da Receita e Despesa do Asilo de Inválidos] 1887-1916...

SR:006 - [Livros de Recibo e Despesa da Confraria de Santa Gertrudes] 1887-1891

SR:007 - [Recibos e Registo de Despesa] 1887-1916...

SC:H - Capelão

SR:001 - [Livros de Movimento de Doentes] 1887-1902

SSR:001 - [Livro de Movimento de Doentes Militares do Hospital] 1887-1892

SSR:002 - [Livros de Movimento de Doentes do Hospital] 1887-1902

SC:I – Mordomo Dirigente

SR:001 - [Aquisição de Géneros] 1889-1916...

SC:J - Conselho Médico

SR:001 - [Livro de Atas da Mesa Administrativa do Conselho Médico] 1900-1916...

SC:K - Clínicos Diretores

SR:001 - [Livros de Receituário de Doentes] 1887-1916...

SC:L - Clínico de Aceitação, Consultas e Casa de Banco

SR:001 - [Livros de Movimento de Doentes Externos] 1906-1913

SC:M - Secretaria

SR:001 - [Livro de Visitantes da Santa Casa de Barcelos] 1888-1916...

SR:002 - [Maço de Diversos] 1887-1916...

Quadro 3 (1917-1980)**SC:A - Assembleia Geral**

SR:001 - [Livros de Atas da Assembleia Geral] 1917-1980...

SC:B - Mesa Administrativa

SR:001 - [Diplomas de Irmãos] 1953-1980

SR:002 - [Livro de Atas da Comissão para o Monumento a Paulo Felisberto]
1939

SR:003 - [Livro de Comissão de Administração] 1933

SR:004 - [Livro de Copiador de Editais e Anúncios] 1917-1946

SR:005 - [Livros de Atas da Mesa Administrativa] 1917-1980...

SR:006 - [Livros de Compromissos, Estatutos e Regulamentos da Misericórdia e Estabelecimentos] 1917-1980...

SR:007 - [Livros de Inventários] 1917-1980...

SR:008 - [Livros de Matrícula de Irmãos] 1917-1959

SR:009 - [Maços de Conferências e Encontros] 1976-1980...

SR:010 - [Maços de Contratos de Companhias de Seguros] 1924-1980...

SR:011 - [Maços de Inaugurações] 1970-1980...

SR:012 - [Maços de Projetos de Obras] 1917-1980...

SR:013 - [Maços de Semana das Ofertas ao Hospital] 1943-1945

SR:014 - [Processos de Arrendamento] 1968-1980...

SR:015 - [Processos de Capitais Mutuados] 1917-1924

SR:016 - [Processos de Compra e Venda] 1917-1980...

SR:017 - [Processos de Concursos de Admissão de Empregados] 1917-1953

SR:018 - [Processos de Contrato de Prestação de Serviços] 1938-1980...

SR:019 - [Processos de Dotes de Casamento] 1917-1920

SR:020 - [Processos de Entradas no Asilo de Inválidos] 1917-1976

SR:021 - [Processos de Legados, Testamentos e Doações] 1917-1980...

SR:022 - [Processos de Pleitos e Contenciosos] 1917-1980...

SR:023 - [Processos de Prazos e Foros] 1917-1971

SR:024 - [Registos Prediais] 1966-1980...

SC:C - Comissão Recenseadora

SR:001 - [Livro de Atas da Comissão de Recenseamento] 1917

SR:002 - [Livro de Copiador da Comissão de Recenseamento] 1917

SR:003 - [Livros de Recenseamentos Gerais dos Irmãos] 1917-1971

SSR:001 - [Cadernos de Recenseamentos Gerais dos Irmãos] 1917-1971

SSR:002 - [Livros de Recenseamentos Gerais dos Irmãos] 1917-1953

SC:D - Provedor

SR:001 - [Cadernos de Orçamentos e Contas] 1917-1980...

SC:E - Secretário

SR:001 - [Correspondência e Ofícios da Misericórdia e Estabelecimentos] 1917-1980...

SR:002 - [Livro de Cartas de Guias] 1917

SR:003 - [Livros de Autos da Arrematação] 1917-1939

SR:004 - [Livros de Copiadores de Correspondência e Ofícios Expedida da Misericórdia e Estabelecimentos] 1917-1960

SR:005 - [Livros de Foros e Pensões] 1917-1970

SR:006 - [Livros de Legados] 1917-1921

SSR:001 - [Livro de Legado de João dos Santos Cardoso] 1917-1921

SR:007 - [Rascunhos, Minutas e Extratos de Atas] 1917-1980...

SR:008 - [Relação de Entradas no Asilo de Inválidos] 1917-1949

SC:F - Cartorário Ou Chefe de Secretaria

SR:001 - [Livro de Termos de Responsabilidade] 1917-1936

SR:002 - [Requerimentos] 1917-1980

SC:G - Tesoureiro

SR:001 - [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1917-1980...

SR:002 - [Diários de Receita e Despesa] 1917-1954

SSR:001 - [Diário de Receita e Despesa do Albergue Noturno] 1917-1933

SSR:002 - [Diários de Receita e Despesa da Misericórdia] 1917-1954

SSR:003 - [Diários de Receita e Despesa do Asilo de Inválidos] 1917-1933

SR:003 - [Livro de Receita e Despesa de Herança Miranda e da Caixa de Aposentações] 1927-1933

SR:004 - [Livros de Capitais Mutuados] 1917-1949

SSR:001 - [Livro de Capitais Mutuados do Albergue Noturno] 1917-1947

SSR:002 - [Livros de Capitais Mutuados do Asilo de Inválidos] 1917-1949

SR:005 - [Livros de Contas da Receita e Despesa] 1917-1952

SSR:001 - [Livros de Contas da Receita e Despesa da Misericórdia] 1917-1952

SR:006 - [Livros de Contas Gerais] 1917-1950

SSR:001 - [Livro de Contas Gerais da Receita e Despesa do Albergue Noturno] 1917-1950

SSR:002 - [Livros de Contas Gerais da Receita e Despesa do Asilo de Inválidos] 1917-1936

SR:007 - [Livros de Despesas da Misericórdia] 1950-1958

SR:008 - [Recibos e Registo de Despesa] 1917-1980

SC:H - Mordomo ou Mesário Dirigente

SR:001 - [Aquisição de Géneros] 1917-1959

SR:002 - [Livro de Maternidade] 1965-1966

SR:003 - [Livro de Ponto do Hospital] 1961-1965

SC:I - Conselho Médico e Direção Clínica

SR:001 - [Livro de Atas da Mesa Administrativa do Conselho de Cogestão do Hospital] 1974-1975

SR:002 - [Livro de Atas da Mesa Administrativa do Conselho Médico] 1917-1967

SC:J - Diretores dos Serviços Médicos

SR:001 - [Livros de Receituário de Doentes] 1917-1921

SC:K - Secretaria

SR:001 - [Decretos de Lei] 1918-1977

SR:002 - [Discursos] [1970-1980...]

SR:003 - [Folhas de Jornal] 1932-1980...

SR:004 - [Fotografias e Negativos] [1960-1980]

SR:005 - [Horário da Secretaria] [1980]

SR:006 - [Livro de Visitantes da Santa Casa de Barcelos] 1917-1980...

SR:007 - [Maço de Diversos] 1917-1980...

SR:008 - [Subscrição em Benefício da Santa Casa] [1870]

Quadro 4 (1981-c.2013)**SC:A - Assembleia Geral**

SR:001 - [Livros de Atas da Assembleia Geral] 1981-2002

SC:B - Mesa Administrativa

SR:001 - [Livros de Atas da Mesa Administrativa] 1981

SR:002 - [Livros de Compromissos, Estatutos e Regulamentos da Misericórdia e Estabelecimentos] 1981

SR:003 - [Livros de Inventários] 1981-2007

SR:004 - [Maços de Conferências e Encontros] 1981-1983

SR:005 - [Maços de Contratos de Companhias de Seguros] 1981-1995

SR:006 - [Maços de Inaugurações] 1981-1985

SR:007 - [Maços de Projetos de Obras] 1981-1983

SR:008 - [Processos de Arrendamento] 1981-2001

SR:009 - [Processos de Compra e Venda] 1981-2000

SR:010 - [Processos de Contrato de Prestação de Serviços] 1981-1993

SR:011 - [Processos de Legados, Testamentos e Doações] 1981-1991

SR:012 - [Processos de Permuta] 1983-1998

SR:013 - [Processos de Pleitos e Contenciosos] 1981-1984

SR:014 - [Registos Prediais] 1981-1985

SC:C - Provedor

SR:001 - [Cadernos de Orçamentos e Contas] 1981-1989

SC:D - Secretário

SR:001 - [Rascunhos, Minutas e Extratos de Atas] 1981-1996

SC:E - Tesoureiro

SR:001 - [Ações, Obrigações e Títulos de Dívida] 1981-1989

SR:002 - [Recibos e Registo de Despesa] 1981

SC:F – Secretaria

SR:001 - [Correspondência e Ofícios da Misericórdia e Estabelecimentos] 1981-2000

SR:002 - [Discursos] [1981-1990]

SR:003 - [Folhas de Jornal] 1981-1996

SR:004 - [Livro de Visitantes da Santa Casa de Barcelos] 1981-2013

SR:005 - [Maço de Diversos] 1981-2009

6.3. Instrumento de Acesso à Informação: Catálogo¹²⁶

Citando a autora Fernanda Ribeiro, *os instrumentos de acesso à informação são [...] aquilo que mais visivelmente ressalta do trabalho arquivístico. Eles constituem uma representação da realidade informacional que constitui o seu objecto e servem de meio para aceder a essa mesma realidade, devendo traduzir com rigor todo o processo de conhecimento científico que, necessariamente, antecede a sua produção.*¹²⁷

¹²⁶ Ver Anexo IV

¹²⁷ RIBEIRO, Fernanda *O Acesso à Informação nos Arquivos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, pág.

Após os estudos aqui já apresentados, da estrutura orgânico-funcional da SCMB, e organizado o quadro de classificação e a descrição do Fundos e das Séries Documentais, a fase seguinte é a criação de pontos de acesso à documentação.

Sempre que nos propomos à construção de pontos de acesso, é necessário ter sempre em conta o nível de descrição com que estamos a trabalhar. Ora, o nosso objetivo inicial sempre foi de construir um instrumento de acesso à informação a nível de catálogo, ou seja uma descrição ao nível de documento, não nos limitando à construção das séries documentais.

Segundo Fernanda Ribeiro, que divide em três os níveis de análise, o conteúdo de catálogo corresponde a um 3º nível de análise (nível exaustivo) diz respeito aos documentos e aos actos informacionais, numa abordagem específica e de muita profundidade, sendo considerados, individualmente, quer cada um dos que constituem uma série, quer os que se apresentam isolados.¹²⁸

Desta forma, este instrumento de acesso à informação permite ao utilizador conhecer o conteúdo do acervo a um nível de grande especificidade.

Ao longo da formação do catálogo foi sendo atribuído, a cada secção, série e subsérie, um Código de Referência (cota), tendo em conta uma possível integração do arquivo num programa informático. Optou-se por um código mais completo, tal como já tinha sido feito para os documentos, iniciando se com a sigla PT, significando o país, seguido de SCMB, a instituição produtora da documentação, e depois Q, referente ao Quadro Orgânico-Funcional. A partir deste ponto, o código difere consoante a Secção, a Série e a existência ou não de uma Subsérie.

Exemplo 1:

País	Instituição	Quadro	Secção	Série
PT	SCMB	Q1	C	008

Origina o código PT/SCMB/Q1/C/008, refere se à secção do Escrivão (SC:C), e à série de Livros de Foros e Pensões (SR:008).

¹²⁸ Idem *Ibidem* pág. 34

Exemplo 2:

País	Instituição	Quadro	Secção	Série	Subsérie
PT	SCMB	Q2	G	002	005

Origina o código PT/SCMB/Q2/G/002/005, refere se à secção do Tesoureiro (SC:G), à série de Diários de Receita e Despesa (SR:002), e à subsérie Diários de Receita e Despesa do Albergue Noturno (SSR:005).

Alertamos que, após todos os processos para a concretização do Catálogo, fomos visível pequenas “falhas” de documentação, principalmente no que toca a manuscritos do século XVIII, para os quais não encontramos, até a data justificação para tal, já que em teoria terá sido uma época de mudanças, com o alargamento do Hospital e com Felgueiras Gaio já como escrivão da SCMB, o que deveria indicar uma maior produção documental.

VII. Propostas ao Arquivo Histórico

As propostas aqui apresentadas, têm como objetivo essencial envolver principalmente a população local, já que é ela que se encontra mais próxima, fisicamente, deste espaço, uma realidade que lhes é conhecida, a da história desta instituição, dos seus espaços e dos seus protagonistas que se encontram inseridos num contexto da macro-história. Assim, este arquivo, e a SCMB como instituição tutelar de um espólio, pode servir para reconhecer um passado que lhe é vagamente conhecido. Poderá contribuir para atenuar os efeitos de um isolamento cultural e histórico, criando, de alguma forma, uma maior coesão e conhecimento social. Não estará pois nas mãos das populações locais a preservarão da sua história e das instituições que para esta contribuíram? Certamente que sim, mas ninguém preserva e conserva o que não conhece. É pois, assim, possível afirmar a interligação de vários conceitos ao de arquivo como os de Memória, História e Património.

Trabalhar um sistema de informação em arquivo, é cuidar de informação que possibilita a reconstrução da história de uma instituição.

É de salientar que vários autores referem que *assiste-se actualmente a uma salutar tomada de consciência dos valores patrimoniais de cada região e das vantagens de os preservar, tanto quanto possível, no meio de origem. Para além da satisfação de fruírem um bem que é seu, as populações aspiram, hoje em dia, a melhor conhecer a sua terra e a sua tradição.*¹²⁹

Assim e tendo em conta as possibilidades de atração deste arquivo, as suas ações devem ir além da simples guarda e gestão de informação e pontual disponibilização de documentos a consulta do utilizador. É pois, preciso criar planos de intervenção no domínio cultural do Arquivo Histórico. Pretendemos com este capítulo demonstrar algumas competências possíveis a desenvolver.

As propostas são pois bastantes latas, já que no que toca aos arquivos existem muitas possibilidades a desenvolver, seja nas áreas de serviços educativos, em *workshops*, exposições e ciclos de conferências, entre outras, assim como a possibilidade de interligar este arquivo às redes culturais da cidade em que se insere,

¹²⁹ REAL, Manuel Luís; MEIRELES, Maria Adelaide; RIBEIRO, Fernanda Arquivística e documentação de História Local. In 1.º CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto : BAD, 1985. Vol. 2, pág.4

estabelecendo conexões com serviços municipais como a biblioteca e o arquivo municipal e também com os museus da cidade, de forma a rentabilizar as suas atividades e a sua projeção.

7.1. Funcionamento do Arquivo

Todas as propostas aqui mencionadas são simplesmente uma possibilidade, já que o regular funcionamento do Arquivo Histórico é atualmente condicionado à aprovação de um pedido feito à Mesa Administrativa da SCMB.

Seria assim pertinente a criação de um Regulamento especial para o Arquivo Histórico, já que, atualmente, tal não existe, o que cria alguns problemas de administração e gestão da documentação, reconhecidos pela própria administração.

É de salientar que o Regulamento deverá ter em conta, além das competências do Arquivo Histórico, a questão do acesso e uso recorrente ao Arquivo por parte de interessados, principalmente no que toca aos cuidados a ter no manuseamento da documentação, já que parte da documentação se encontra danificada. Seria, assim, do interesse da instituição dotar os seus visitantes de instrumentos e informação corretos para a manipulação dos documentos, quer para benefício dos interessados quer para preservação dos documentos. Deverá ainda ter em conta o sistema de empréstimos de documentação, para que não haja perda de documentação, e para que após o seu retorno seja devolvida ao seu lugar correto.

7.2. Conservação, Restauro e Preservação da Documentação

Uma parte da documentação que se encontra atualmente no designado Arquivo Histórico, encontra-se de alguma forma danificada, sejam marcas de água e bolor, sejam rasgões nas páginas ou capas exteriores danificadas, sem esquecer a presença de metais que têm vindo a corroer a documentação.

Tendo em conta a vontade de preservação da documentação por parte da SCMB, é de recomendar o restauro dos documentos danificados. Após uma avaliação, a nosso ver, deveria dar-se prioridade aos documentos mais danificados, em oposição aos de maior interesse, já que interesse histórico é bastante relativo, pois diferentes

investigadores têm diferentes visões sobre os documentos, e em termos arquivísticos todos os documentos são importantes, independentemente do valor informacional que contêm, pois inserem-se numa rede maior de construção do sistema de informação da instituição.

Alertamos ainda para a questão da higienização e limpeza dos documentos, já que foi bastante visível, durante o estágio, que a documentação acumulou alguma sujidade, o que provoca um desgaste dos documentos por fricção das poeiras que, sendo penetrantes, se infiltram nas páginas e podem provocar grandes danos. Muitas vezes ácidas, estas partículas podem ser originárias de reação, e fontes de contaminação por bolores.

É de mencionar, que as condições de acondicionamento da documentação não serão as melhores, já que se encontram numa sala que sofre bastante com a flutuação de temperatura exterior. Foi visível, durante o decorrer do estágio, que durante o Inverno as temperaturas dentro da sala eram bastante baixas e existia uma formação de humidade sobre a documentação. Por outro lado, durante o Verão, as temperaturas eram bastante altas, sendo que principalmente os documentos em pergaminhos se encontravam mais tensos. A humidade e o calor são fatores originários da germinação de bolores e da reprodução de bactérias, presentes em suspensão na atmosfera. Estas alterações térmicas podem vir, a longo prazo, a danificar ainda mais a documentação, sendo que seria necessário recolher a documentação a um local com temperaturas mais estáveis, de 20°C e com uma humidade relativa de 50%.¹³⁰

É ainda de salientar que nem todos os documentos se encontram protegidos em caixas específicas para a sua preservação, tendo em conta que se encontram em armários de madeira, sujeitos às pragas de insetos. Assim, recomendamos, para além da transferência para uma sala mais termicamente estável, o armazenamento em armários de metal e em caixas acid-free, de preferência individuais, para evitar quer a fricção entre os documentos quer a propagação de algumas eventuais pragas.

Preservar um documento, implica criar boas condições externas estáveis, para que os processos que o documento sofreu na conservação e restauro perdurem. Mas não

¹³⁰ CASSARES, Norma C. – *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. Pág. 15 Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_14_Como%20fazer%20conservacao%20preventiva%20em%20arquivos%20e%20bibliotecas.pdf

é só aos documentos processados que deve ser aplicado um método de preservação. Há que pensar que ao preservar, antes de ocorrer dano, a longevidade do documento será muito maior e as despesas muito menores.

7.3. O Arquivo Histórico e os outros “Arquivos” da SCMB

Uma situação que nos apercebemos ao longo do estágio na SCMB, foi a existência de diversos núcleos documentais isolados, sobre os quais mesmo a própria instituição pouco sabia o que continham.

Assim, sinalizámos 2 salas de arquivo, o Arquivo Histórico e o Arquivo Corrente¹³¹, além de ser possível mencionar cerca de 4 espaços com documentação armazenada, da qual pouco ou nada se sabe, na chamada sala de formação¹³², no 1º Piso do edifício, adjacente as traseiras da Igreja, sobrando, por fim, as três salas do sótão¹³³, por cima do Salão Nobre, e que acolhe, em três salas, documentação diversa.

Foi assim visível uma tendência da própria instituição para a departamentalização do seu espólio documental, acompanhada de uma descentralização física e de autoridade e responsabilidade sobre o sistema de informação. Esta situação do que podemos chamar múltiplos núcleos de arquivo conduz a uma perspectiva sectorial e fragmentada do sistema de informação.

Um exemplo desta fragmentação é o próprio Arquivo Histórico, que se encontra isolado, numa sala a que poucos têm acesso, e longe dos serviços de atendimento, como é a secretaria da instituição. Outro exemplo, é o designado Arquivo Corrente, que se encontra atualmente lotado, o que força a que a documentação produzida atualmente seja de alguma forma “espalhada” ao longo dos vários departamentos da instituição.

Ora, uma instituição como a SCMB tem uma necessidade de administração eficaz e de uma correta gestão da sua informação, para que haja um controlo que permita aos seus órgãos conhecer a sua produção documental, para que, diariamente, através dos documentos que produz, possa acelerar os seus processos.

¹³¹ Ver Anexo I fig. 5 e 6

¹³² Ver Anexo I fig. 7 e 8

¹³³ Ver Anexo I fig. 9, 10 e 11

A existência destes núcleos documentais, com informação de arquivo que raramente é utilizada na gestão corrente da instituição, apesar de alguma dela o poder ser, é ainda de grande interesse, tanto para a instituição como para terceiros.

Pedro Penteado, alerta para esta situação, referindo *encontra-se nestes muita informação de importância histórica, fundamental para compreender períodos fulcrais da vida das misericórdias nacionais (ex.º: nacionalização dos hospitais e reconfiguração das suas actividades, na segunda metade dos anos 70, a que já aludimos) ou para entender as diferentes vagas de políticas sociais (ex.º assistência social durante o Estado Novo), para já não referir documentação que mantém utilidade do ponto de vista administrativo.*¹³⁴

Para ultrapassar este problema, achamos necessário que a instituição recorra a intervenções especializadas, que impliquem um investimento organizacional no tratamento dessa informação, com o envolvimento de equipas e um esforço destas na recuperação destes contextos informacionais.

Queremos, acima de tudo, incentivar a uma continuação deste trabalho, a uma propagação deste tipo de estudos sobre o sistema de informação da SCMB e fomentar um trabalho contínuo sobre a documentação, quer a já armazenada quer a que se encontra a ser continuamente produzida, alertando que o melhor caminho será sempre uma fusão entre os vários núcleos documentais, criando um único arquivo, gestor de todo o sistema de informação.

7.4. O Arquivo Histórico e a Unidade Museológica

Tendo em conta a situação de isolamento em que se encontra o Arquivo Histórico, a nossa proposta seria a abertura do Arquivo Histórico ao público, já que existe em proposta de junção entre o Arquivo e a Unidade Museológica, a ser criada nas instalações a SCMB.

Esta articulação entre a Unidade Museológica e o Arquivo poderá permitir um suporte documental às peças em exposição, dando ao visitante um conhecimento mais abrangente sobre as peças e sobre a instituição. O Arquivo poderia também usar a

¹³⁴ PENTEADO, Pedro, *A documentação acumulada nas confrarias e misericórdias de Portugal: problemas e soluções* Dialnet.unirioja.es, Jan 1, 2002 pág. 470

plataforma da Unidade Museológica e expor documentos relevantes da história da SCMB, tal como acontece em outros museus e arquivos. Seria ainda interessante fazer exposições mensais, ou temporárias, tendo em conta algumas temáticas.

É de mencionar, que seria de interesse para a instituição integrar os atuais roteiros, criados e disponibilizados pela Câmara Municipal de Barcelos, de forma a uma maior divulgação destas valências.

7.5. Serviços Educativos

A visão do arquivo como local interdito ao público, e como apenas um local de conservação de documentação, caiu a partir da segunda metade do século XIX, por esta razão, incentivamos, uma maior abertura do Arquivo Histórico da SCMB ao público. Desenvolvendo atividades em conjunto com escolas, ajudando a construir um processo de ensino-aprendizagem mais rico, a tarefa comum entre o professor e o arquivista será a da promoção do património e o desenvolvimento da história local, tentando sensibilizar cada vez mais cedo as camadas jovens para a importância da preservação do seu património cultural e histórico.

Para este efeito, a organização de visitas guiadas é uma das estratégias a implementar, tanto ao Arquivo como à Unidade Museológica, tornando-se aqui evidente, a vantagem da articulação entre os dois, proporcionando conhecimento sobre a História e a Instituição. Poder-se-á recorrer à amostragem de alguns documentos, a título de exemplificação e, como auxílio visual, a visualização de algumas plantas de obras, para mostrar a evolução do espaço envolvente.

No caso de alunos universitários, seja de licenciatura, mestrado ou doutoramento, o serviço educativo poderia intervir na explicação do funcionamento e organização da SCMB, mas também em esclarecimentos sobre o Arquivo Histórico, particularmente no que diz respeito à estrutura do sistema de informação, da construção dos instrumentos de acesso à informação e da natureza dessa mesma informação. Neste caso, o serviço educativo deve ter em atenção a promoção do Arquivo Histórico como plataforma para a realização de trabalhos de investigação.

7.6. Exposições, *Workshops* e Conferências

Outra proposta que aqui apresentamos, é a organização de exposições, de *workshops* e conferências e, ao contrário da proposta anterior estas atividades destinam-se a uma camada mais ampla e diversificada da população.

Citando Jorge Fonseca, *para além da consulta de documentos, o arquivo pode permitir a realização de exposições de longa duração sobre temas de história local, em que se juntem alguns documentos mais significativos a peças antigas do património municipal, enquadradas por quadros explicativos e fotografias de locais, obras de arte e personalidades da história*¹³⁵.

As exposições permitiriam, assim, uma difusão dos trabalhos realizados no Arquivo Histórico, podendo atrair a atenção de pessoas interessadas em história local que queiram conhecer melhor a história da SCMB. Novamente em conjunto com a Unidade Museológica, poderia ser ainda possível promover a realização de exposições de longa duração sobre temas de história local, em parcerias com a Câmara Municipal ou outras instituições culturais, com exposição sobre personalidades relacionadas com a história da instituição.

Outra opção é a realização de *workshops* temáticos, aliando duas perspectivas a teoria e a prática. As ações podem ser as mais variadas, mencionamos aqui por maior interesse do arquivo os *workshops* de Conservação e Restauro em documentos.

Por último, as conferências, essenciais para a divulgação do conhecimento, neste caso poderiam ser aproveitadas para divulgação tanto da instituição como da cidade de Barcelos, e assim seriam ideais conferências sobre património, principalmente de conservação e preservação e sobre história, tentando receber oradores diversificados, tanto eruditos locais como especialistas.

¹³⁵ FONSECA, Jorge Arquivos Municipais, Investigação e Património in *Cadernos BAD*. Lisboa.1995, pág.87

7.7. Um Arquivo Digital?

Como última proposta apresentamos a criação de um suporte digital de acesso ao sistema de informação armazenado no Arquivo Histórico, de forma a disseminar o trabalho feito, quer ao longo deste projeto, quer para dar apoio a projetos futuros.

No caso do Arquivo Histórico da SCMB, embora os estudos relativos ao sistema de informação desde a sua função até cerca de 2000 já tenham sido feitos é necessário continuar esse trabalho em períodos posteriores, e mais tarde integrar as novas tecnologias, com a criação de uma plataforma digital dedicada ao arquivo ou então anexa à página Web do SCMB.

Após a criação do espaço digital, propúnhamos a colocação de, pelo menos inicialmente, do catálogo da documentação do Arquivo Histórico criado neste projeto, como uma mais-valia para o utilizador, com a possibilidade de mais tarde acrescentar mais instrumentos de acesso à informação. Ou mesmo de disponibilizar alguns documentos em suporte digital, já que alguns se encontram danificados, e assim preserva-se o documento, o utilizador continua a poder ter acesso ao mesmo e de forma facilitada, já que não precisa de fazer a deslocação à instituição.

É de salientar, que a criação de um espaço digital de acesso à informação poderá, não só beneficiar o utilizador que pretende conhecer a documentação do Arquivo Histórico, como também poderá favorecer os funcionários da instituição, ao estender esta ideia ao Arquivo Corrente da instituição, já que estes têm por vezes dificuldades de acesso à informação produzida mais recentemente.

A criação destes suportes digitais para apoio aos arquivos não é recente, é de mencionar os esforços feitos pelo Arquivo Distrital do Porto e também pela Torre do Tombo como exemplos das potencialidades de um arquivo digital, pois dispõem ao utilizador um espaço virtual, que lhe permite aceder à informação sobre os fundos e visualizar os documentos já digitalizados. É ainda de mencionar os esforços do Arquivo do Museu Grão Vasco, que lançou em DVD o catálogo do seu arquivo, contendo vários instrumentos de acesso ao seu sistema de informação, com explicações e contextualizações da produção documental.

Conclusão

Ao longo deste projeto, e pelas leituras que fomos fazendo, vimo-nos forçados a repensar os nossos conceitos e ideias acerca do funcionamento dos arquivos e das suas problemáticas, sendo de salientar a aprendizagem fundamental por que passamos e que nos levou a compreender os novos caminhos da arquivística e as suas potencialidades.

Desta forma, deixámos para trás uma visão tradicionalista dos arquivos, como apenas locais de armazenamento de documentos, e passamos a adotar um modelo sistémico de gestão de informação, que se tornou uma metodologia essencial para tentar materializar e transmitir a estrutura orgânico-funcional do sistema de informação do Arquivo Histórico da SCMB.

Adotando as metodologias definidas pela arquivística, iniciámos o nosso estágio com um levantamento da estrutura orgânico-funcional da SCMB, desde os seus inícios até a atualidade, pelo que tivemos algumas dificuldades, já que poucos estudos existem sobre esta instituição, sendo que os existentes são dispersos e preferem um tratamento histórico, baseado na cronologia de evolução da instituição em detrimento de análises à estrutura e organização administrativa da mesma.

Com a aplicação da vertente técnica da arquivística no que toca à classificação e descrição da informação, conseguimos construir para a documentação do Arquivo Histórico um instrumento de acesso à informação que não existia, o catálogo. De alguma forma contribuiu-se para contrariar modelos que têm sido divulgados e que tiveram a sua época.¹³⁶

Para além da construção do instrumento de acesso à informação, quisemos deixar presentes algumas sugestões para a conservação da documentação do Arquivo Histórico, mas também para a difusão do mesmo, quer como uma valência individual, quer em conjunto com a unidade museológica, principalmente para contornar algum apagamento/desconhecimento em que se encontra atualmente, em que muitos desconhecem a existência e as funções deste serviço.

Ao contrário do que pensávamos inicialmente, quando empreendemos este projeto, o trabalho em arquivo ultrapassa aquilo que muita vez o historiador ou o

¹³⁶ *Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias*; Vol. 18, Distrito de Braga, Ministério da Cultura, ANTT, Inventário do Património Cultural Móvel, 2007

investigador local pode pensar, e embora sejam necessários conhecimentos históricos para uma maior facilidade de manuseamento da história da instituição, para além da construção dos organogramas e quadros de competências, tudo difere pois o trabalho do arquivista está sujeito a regras e normas que apresentam um carácter muito técnico. Sobretudo porque lhe compete disponibilizar de forma integrada, inteligível, a natureza da informação produzida, segundo quem os produziu, sempre ao encontro de quem os quer usar. Dar a conhecer é, sem dúvida, dar valor, que se repercutirá tantas vezes quantas aqueles que o quiserem conhecer.

Apesar disto, o fato de termos duas visões do que é um Arquivo, do que é a sua função, acreditamos que elas se complementam o que permitiu, esperamos, uma construção mais ampla deste projeto para a divulgação de um património.

Fontes e Referências Bibliográficas**Fontes Manuscritas**

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso do Governo do Hospital da Santa e Real Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1716, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P4/C3/9

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, 20 de Maio de 1887, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/462

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatuto e Regulamento do Asylo d'Invalidos da Santa e Real Casa da Misericórdia da Villa de Barcelos*, 12 de Junho de 1878, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P2/463

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Livro das emleijois e acordos da confraria da Santa [...]*, 2 de Dezembro de 1584 a 3 de Julho de 1627, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P5/C18/63

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento para a Pharmacia da Santa e Real Casa da Misericórdia e Hospital de Barcelos*, 19 de Fevereiro de 1889, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1254

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento do Hospital da Irmandade da Santa e Real Casa de Misericórdia de Barcellos*, 17 de Fevereiro de 1900, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AA/P6/C26/91

Fontes Impressas

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, 1674, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P3/C1/468

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia*, Abril de 1981, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P4/C11/529

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, 1917, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AC/P5/C33/842

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Barcelos*, 29 de Setembro de 1933, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1255

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento do Hospital e Asilo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Direcção e Administração do Hospital*, 1952, Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1256

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, Arquivo Histórico, *Regulamento dos Serviços Técnicos Internos da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, [1940], Código de Referência: PT/SCMB/AH/AD/P6/C57/1259

Bibliografia

ABREU, Alberto Antunes de, *O Arquivo e as Origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*, Fão, Esposende: Santa Casa da Misericórdia, 1988

AFONSO, José Ferrão, *A Igreja Velha da Misericórdia de Barcelos e Cinco Igrejas de Misericórdia de Entre-Douro-e-Minho Arquitectura e Paisagem Urbana*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2012.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de *Barcelos* Editorial Presença, Lisboa, 1990

AMARAL, Maria Clotilde, Os Arquivos das Misericórdias do Alto Minho in PEREIRA Maria Olinda Alves, PEREIRA, Agostinho, PONTE, Teodoro Afonso da, *1º Encontro das Misericórdias do Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2002

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Roteiro do Arquivo Histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A. H. M. M. N.), com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa Coimbra*: Inst. de História Económica e Social, 1978

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de Os arquivos das Misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação in *Cadernos Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo. ISSN 0871-4282. Tomo 40 (2007)

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *As Misericórdias Portuguesas enquanto Palcos de Sociabilidades do Século XVIII*. História: Questões e Debates Curitiba Editora UFPR N°45 Julho a Dezembro de 2006

CASSARES, Norma C. – *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. Disponível em:http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_14_Como%20fazer%20conservacao%20preventiva%20em%20arquivos%20e%20bibliotecas.pdf

CASTRO, Alberto Pereira de A Misericórdia de Valença e o seu Arquivo in PEREIRA Maria Olinda Alves, PEREIRA, Agostinho, PONTE, Teodoro Afonso da, *1º Encontro das Misericórdias do Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2002

FERRAZ, António Miguel da Costa Almeida, *Apontamentos para a História de Barcelos*, Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 2013

FONSECA, Jorge Arquivos Municipais, Investigação e Património in *Cadernos BAD*. Lisboa.1995

FONTE, Teodoro Afonso da, *As Misericórdias do Alto Minho - perspectiva Histórica e actualidade*, in *I Congresso das Misericórdias do Alto Minho*, Viana do Castelo, 2001

FREITAS, Eugénio da Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, Santa Casa da Misericórdia (Edifício Primitivo) in *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Braga, A.P.P.A.C.D.M. Distrital de Braga, 1998

FREITAS, Eugénio da Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, Santa Casa da Misericórdia (Atual Edifício) in *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*, Braga, A.P.P.A.C.D.M. Distrital de Braga, 1998

ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/

Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo.- 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002

LOPES, Maria José Queirós, *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante*, Amarante: Santa Casa da Misericórdia, 1992.

MAGALHÃES, Ernesto de Amorim, Igreja da Misericórdia, Hospital, Asilo e Parque in *Barcelos no Passado e no Presente*, Edição da Papelaria Liz Livraria, Barcelos, 1958

NASCIMENTO, Maiara de Arruda; FLORES, Daniel A *Gestão da Informação como Subsídio ao Alcance e à Manutenção da Qualidade*. Arquivistica.net. Rio de Janeiro, 2007

PENTEADO, Pedro A *Documentação Acumulada nas Confrarias e Misericórdias de Portugal: Problemas e Soluções* Dialnet.unirioja.es 2002

PENTEADO, Pedro, *A Investigação em Sistemas de Arquivo Organizacionais: Algumas Reflexões sobre o Caso das Misericórdias de Portugal*. [on-line] Porto, Portugal, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5611.PDF>

PENTEADO, Pedro. As Misericórdias: contributo para um guia de arquivos. In PAIVA, José Pedro, coord. - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a História das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. vol. 1.

PEREIRA, Maria Olinda Alves, AMARAL, Maria Clotilde de Mendonça, *Misericórdia de Viana do Castelo Catalogo do Acervo Documental*, Viana do Castelo, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, 1997

PEREIRA, Maria Olinda Alves, O Arquivo como Reflexo da Orgânica e Funcionamento das Misericórdias in ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo F. de Oliveira *Arquivística e Arquivos Religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2000.

REAL, Manuel Luís; MEIRELES, Maria Adelaide; RIBEIRO, Fernanda *Arquivística e documentação de História Local*. In 1.º CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto : BAD, 1985. Vol. 2

Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias;
Vol. 18, Distrito de Braga, Ministério da Cultura, ANTT, Inventário do Património Cultural Móvel, 2007

REIS, António P. de M. dos, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Sep. *Arquivo de Ponte de Lima*, nº 1, Braga, Tip. Editora Pax, 1980

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar os conhecimentos do Sistema de Informação de Arquivo.* colab. Rute Reimão. Porto: Reitoria da Universidade, 2001

ROMÃO, Ramiro *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, Barcelos, 1996. Acessível na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.

ROMÃO, Ramiro Manuel Batista Teixeira, O Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos do século XVI ao século XIX alguns aspectos relevantes in COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES DA ELEVAÇÃO DE BARCELOS A CONDADO Coord. *Barcelos Terra Condal: Congresso Histórico e Cultural* Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1999

SÁ, Isabel dos Guimarães e *As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno*, Universidade do Minho. Centro de Ciências Históricas e Sociais in *Cadernos do Noroeste. Série História* 2001

SÁ, Isabel dos Guimarães e *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal* - Lisboa: Livros Horizonte, 2001

SÁ, Isabel dos Guimarães e *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800* - Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997

SÁ, Isabel dos Guimarães e, Misericórdias in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* dir. Carlos Moreira Azevedo Lisboa, Circulo de Leitores, 2000

SÁ, Isabel dos Guimarães, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1548-2000*, Estado da Arte, 2008

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS *Boletim Comemorativo das Inaugurações dos Lar Rainha D. Leonor e Infantário Rainha Santa Isabel.* Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1985.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS, *Boletim da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, SCMB, Barcelos, 2011

SILVA, Armando, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel, *Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação* Edições Afrontamento, Porto, 1999

SOUSA, Fernando de, *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*, Aveiro, Arquivo Municipal de Aveiro, 1985

SOUSA, Ivo Carneiro de *Da descoberta da misericórdia à fundação das Misericórdias: 1498-1525*. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999

VINHAS, Joaquim. *Inventário dos Livros e Documentos do Arquivo e Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*, Barcelos, 2007. Acessível na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.